



PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO *CAMPUS* (PDC)

CAMPUS NAVIRAÍ – MS

2014 – 2018



Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marcos Antônio Viegas Filho

Reitor do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Luiz Simão Staszczak

Pró-Reitor de Administração

José Jorge Guimarães Garcia

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Daniela Matté Amaro Passos

Pró-Reitor de Ensino

Delmir da Costa Felipe

Pró-Reitor de Extensão

Airton José Vinholi Junior

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Marco Hiroshi Naka

Diretor Geral

Matheus Bornelli de Castro



RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

João Batista de Moraes

Karine Matilde de Souza Teixeira

Ivânia Patrícia Laguilio

Matheus Bornelli de Castro

Wagner Antoniassi



Sumário

INTRODUÇÃO	8
1. FUNÇÃO SOCIAL, MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFMS	8
1.1 MISSÃO.....	8
1.2 VISÃO.....	8
1.3 VALORES	9
1.4 FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO	9
2. MISSÃO, VALORES, VISÃO DO CAMPUS	10
2.1 MISSÃO.....	10
2.2 VISÃO.....	10
2.3 VALORES	10
3. OBJETIVOS E METAS DO CAMPUS.....	11
4. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CAMPUS	13
4.1 APRESENTAÇÃO	13
4.2 HISTÓRICO	15
4.3 INSERÇÃO REGIONAL	17
4.3.1 REGIÃO DO CONE SUL.....	22
4.3.2 POPULAÇÃO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS (IDH).....	24
4.3.3 CENÁRIO EDUCACIONAL	25
4.3.4 PIB DE NAVIRAÍ E DEMAIS MUNICÍPIOS	27
4.3.4.1 SETOR PRIMÁRIO (PECUÁRIA E AGRICULTURA)	28
4.3.4.2 SETOR SECUNDÁRIO (INDÚSTRIAS)	35
4.3.4.3 SETOR TERCIÁRIO (SERVIÇOS).....	36
4.3.4.4 LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ E REGIÃO DO CONE SUL	37
4.4 IDENTIDADE - FUNÇÃO SOCIAL (RESPONSABILIDADE SOCIAL) MISSÃO, VISÃO, VALORES, PÚBLICO	40
4.4.1MISSÃO:.....	40
4.4.2 VISÃO.....	40
4.4.3 VALORES	41
4.4.4 PÚBLICO.....	41
4.5 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO	41
4.5.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA.....	43
4.5.2 CURSOS SUPERIORES	44



4.5.3 PÓS-GRADUAÇÃO.....	44
4.5.4 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	44
4.5.5 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	45
4.6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO	45
4.7 POLÍTICAS DE ENSINO	46
4.8 POLÍTICAS DE EXTENSÃO	47
4.9 POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO	48
4.10 POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS	48
4.10.1 CORPO DOCENTE.....	49
4.10.1.1 REQUISITOS DE TITULAÇÃO	49
4.10.1.2 EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE	50
4.10.1.2.1 EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO	50
4.10.1.2.2 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA.....	50
4.10.1.3 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO	50
4.10.1.4 PLANO DE CARREIRA	51
4.10.1.5 REGIME DE TRABALHO	53
4.10.1.6 COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD).....	53
4.10.1.7 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	55
4.10.1.8 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DE DOCENTES.....	55
4.10.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	55
4.10.2.1 ESTRUTURAÇÃO	55
4.10.2.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO	56
4.10.2.3 PLANO DE CARREIRA E/OU CARGOS E SALÁRIOS.....	57
4.10.2.4 COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO (CIS).....	58
4.10.3 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO	58
4.11 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA – POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	59
4.12 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	61
4.13 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	63
4.14 POLÍTICAS DE ACESSO - AÇÕES AFIRMATIVAS	65
4.15 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	65
4.16 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	70
4.17 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	74



4.17.1 AUXÍLIO PERMANÊNCIA	74
4.17.2 PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	75
4.17.2.1 ESTÁGIO INTERNO	76
4.17.2.2 VIAGENS DE ESTUDO	76
4.17.2.3 PARTICIPAÇÃO DISCENTE EM EVENTOS CIENTÍFICOS	76
4.17.3 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA.....	77
4.17.4 DIAGNÓSTICO DA EVASÃO E RETENÇÃO.....	79
4.17.5 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DE PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL - PEIPEE.....	79
4.17.6 PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO DAS ASSISTENTES SOCIAIS E SEGURO.....	80
4.17.7 FLEXIBILIDADES DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	80
4.17.8 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO	81
4.17.9 ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIOS.....	83
4.17.10 DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS	84
4.17.11 INCORPORAÇÕES DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS	84
4.17.12 POLÍTICAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	84
4.18 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INFRAESTRUTURA FÍSICA (SÍNTESE) 85	
4.18.1 INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVAS: A SEREM ADQUIRIDOS	87
5. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS E DE CADA UM DE SEUS CURSOS	88
6. REGULAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO CAMPUS.....	91
7. PERFIL DO CORPO SOCIAL	92
8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CAMPUS	94
9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	96
10. LABORATÓRIOS: INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EXISTENTES E A SEREM ADQUIRIDOS.....	97
11. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	
98	
12. OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, SUA ABRANGÊNCIA E PÓLOS DE APOIO PRESENCIAL	100
13. OFERTA DOS CURSOS E PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO ...	101
14. AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS	101



14.1	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – AVALIAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	103
14.2	AVALIAÇÃO DOCENTE PELO DISCENTE	103
14.3.	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)	104
15.	DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E FINANCEIRA	105
15.1	COMPOSIÇÃO DA MATRIZ ORÇAMENTÁRIA	107
15.2	PREVISÃO DE ORÇAMENTO X PREVISÃO DE DESPESAS.....	108
16.	REFERÊNCIAS	111



INTRODUÇÃO

1. FUNÇÃO SOCIAL, MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFMS

O IFMS tem compromisso com uma sociedade mais igualitária, justa e ambientalmente correta. A responsabilidade social abarca tanto as ações no nível interno da instituição, bem como com a sociedade em geral, quanto os próprios processos de formação profissional desenvolvidos por meio de seus cursos. O trabalho educativo com as unidades curriculares previstas no projeto pedagógico de curso fomenta a crítica e a reflexão dos estudantes sobre problemáticas sociais contemporâneas, visando que a formação profissional os aproxime das questões da humanidade, do bem comum, para que assim se efetive a plena formação do educando.

É fomentado assim, no âmbito dos cursos ofertados pelo IFMS, o estímulo às práticas sustentáveis e de responsabilidade social, direcionadas para a formação de indivíduos com protagonismo social, críticos, capazes de interagir com as questões ambientais, sociais e econômicas de forma responsável, ética e justa.

A exemplo de atividades já realizadas nos *campus* do IFMS, há o registro da campanha de fralda geriátrica, construção de hortas em escolas, entrega de bombons à comunidade carente, leite e brinquedos às instituições de amparo à infância, limpeza de rios, plantio de mudas em matas ciliares, campanha de doação de sangue e cadastro de medula óssea, entre outras.

1.1 MISSÃO

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional.

1.2 VISÃO

Ser reconhecido como instituição de ensino de excelência, sendo referência em educação, ciência e tecnologia no Estado de Mato Grosso do Sul.



1.3 VALORES

- Inovação;
- Ética;
- Compromisso com o desenvolvimento local e regional;
- Transparência;
- Compromisso Social.

1.4 FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) tem as seguintes finalidades e características:

- ofertar educação básica, profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades na busca por formação e qualificação dos cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia e com ênfase no desenvolvimento socioeconômico regional e nacional;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo para geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica com a educação profissional e a educação superior, a fim de otimizar a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- estimular as atividades socioculturais, as práticas artísticas e esportivas e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFMS;
- promover a extensão aberta à participação da comunidade com vistas à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na promover a circulação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem



patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, dos resultados da pesquisa e de outras formas de comunicação;

- constituir-se em centro de excelência na oferta de ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, como forma de estimular o desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação;
- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente voltadas ao desenvolvimento sustentável.

2. MISSÃO, VALORES, VISÃO DO *CAMPUS*

2.1 MISSÃO

Promover a educação técnica e tecnológica de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão, formando profissional humanista e inovador, com senso crítico e apto para atuar local, regional e nacionalmente visando o desenvolvimento econômico e social.

2.2 VISÃO

Ser reconhecido como um *campus* de excelência em ensino, pesquisa e extensão, referência em educação, ciência e tecnologia em Naviraí e região, bem como no estado de Mato Grosso do Sul.

2.3 VALORES

- Ética;
- Comprometimento com a educação;



- Companheirismo;
- Inovação;
- Compromisso com o Desenvolvimento Local e Regional;
- Transparência;
- Compromisso Social.

3. OBJETIVOS E METAS DO CAMPUS

QUADRO 1: Objetivos e metas do *campus*

Objetivo	Execução	Metas
Consolidar-se como uma instituição de excelência em ensino na região do Cone Sul;	2015-2018	Divulgar, em 2015, em todas as escolas de ensino fundamental e médio da cidade e região, os cursos oferecidos e pretendidos pelo IFMS <i>campus</i> Naviraí; Instalação dos laboratórios no <i>campus</i> , em 2016 e 2017.
Promover pesquisa aplicada e extensão voltadas à comunidade local e regional;	2016-2018	Implementar, no município, a Feira de Ciência e Tecnologia nos moldes que o IFMS vem desenvolvendo pré denominada FECINAVI em 2016; Propor projetos educacionais diferenciados e audaciosos;
Fortalecer do quadro de servidores do <i>campus</i> , visando um ótimo ambiente de trabalho.	2015-2018	Utilizar tecnologias para o desenvolvimento da comunicação e da gestão educacional, a partir de 2015. Organizar confraternização temática e coletiva com todos os aniversariantes do mês, a partir de 2016. Realizar parcerias com instituições locais que possam ajudar na qualidade de vida dos servidores, por exemplo, clubes, academias, clinicas, etc a partir de 2016.
Ampliar o alcance e a equidade em educação	2016-2018	Implantar do curso técnico integrado ao médio em Informática para Internet



profissional e tecnológica;		e do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas em 2016; Implantar o eixo de Recursos Naturais no ano de 2017 dos cursos de Técnico em Agricultura e Tecnologia em Agronegócio.
Otimizar o tempo na sala de aula e inovar no desenvolvimento da aprendizagem utilizando os diversos tipos de tecnologia;	2016-2018	Realizar periodicamente a Formação Pedagógica de Servidores voltados para a ciência, inovação e tecnologia.
Maximizar a aprendizagem em qualquer hora e lugar utilizando todo o ambiente escolar com aulas diversificadas;	2016-2018	Usar as tecnologias móveis para melhorar a aprendizagem, comunicação e a gestão educacional.

Percebem-se algumas alterações de objetivos e metas com relação ao PDI. Isso se justifica pelo fato de o PDI ter sido construído antes da implantação efetiva do *campus*. Consequentemente, com a chegada de servidores, com o levantamento da demanda local e com mudanças no cenário econômico local, regional e nacional, houve mudanças de objetivos e metas e alguns ajustes temporais no cumprimento de metas já previstas.



4. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO *CAMPUS*

O Projeto Político Pedagógico do *Campus* que será apresentado neste item é um documento de cunho Educacional que prevê os princípios e as diretrizes que regerão as políticas pedagógicas implementadas no IFMS – Naviraí. Como parte importante para o planejamento local, o Projeto Político Pedagógico não é um mero instrumento burocrático da educação formal, mas sim, uma ferramenta norteadora da gestão que deve ser “construído e vivenciado, em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola” (VEIGA, 1995, p.12).

Ainda, de acordo com a Veiga (1995), entende-se por definição de Projeto Político Pedagógico:

É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. ... Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias as escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (p.13).

Assim, em seu sentido mais próximo, o Projeto Político Pedagógico é um planejamento construído em conjunto, que objetiva organizar o trabalho pedagógico, explicitando princípios referentes a autonomia da escola e buscando ações que superem problemáticas em comprometimento a formação do cidadão.

Este documento apresenta-se aqui, desta maneira, não como algo fechado e imutável, mas sim como o início de uma conversação de planejamento, permanentemente revisado, pois, nasce da própria realidade institucional.

4.1 APRESENTAÇÃO

O IFMS *Campus* Naviraí é vinculado a Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológica, desta maneira o seu Projeto Político Pedagógico necessita ser organizado



mediante algumas regulamentações da própria rede, bem como do sistema nacional de ensino público.

Como todo o setor público, os Institutos Federais (IF's) devem estar aliados as propostas do Governo Federal. O Plano Plurianual do Governo Federal vigente esclarece a importância da educação para este governo, com foco para a universalização do ensino no interior dos estados e o ensino profissionalizante. Objetivos comuns ao do próprio *Campus* Naviraí:

Outro aspecto fundamental e que constitui condição para a convergência de condições econômicas e sociais entre as regiões, acompanhada da tendência à interiorização, é a educação, determinante para a inclusão social, a efetivação de direitos, a inovação, as atividades econômicas intensivas em conhecimento e a formação de mão de obra nos vários níveis. Nesse sentido, a expectativa é que o cenário de desenvolvimento produtivo com ampliação das oportunidades mais bem distribuídas ao longo do território brasileiro se realizará a partir da associação entre fomento à produção, à inovação e à educação, aplicadas às bases produtivas locais, aumentando os gastos nessas áreas e gerando dinâmicas econômicas e sociais virtuosas. (BRASIL, 2011, p. 61)

Como observado na citação, a finalidade do Governo Federal, bem como do *Campus* é promover a inclusão social e o desenvolvimento local mediante a formação e a qualificação profissional. Mais adiante, o documento supracitado especifica algumas ações que deverão ter investimento de financiamento e de esforços para a realização de tais objetivos:

[...] ações de ampliação da frequência e permanência na escola, a infraestrutura escolar, a formação e a valorização dos profissionais de magistério, o fomento à pesquisa e à extensão e o aumento do número de mestres e doutores, inclusive entre os quadros docentes da educação básica. (BRASIL, 2011, p. 62)

O PNE (2011 – 2020) é outra ferramenta de planejamento da gestão de cunho federal, no qual os IF's estão vinculados. Este documento, voltado especificamente a educação descreve 20 metas para educação, entre as quais, algumas devem ser observadas e acompanhadas pela rede, por esta ser estratégia fundamental do Governo Federal em favor da educação em todo país.



Baseado na legislação vigente e nas metas estipuladas que dizem respeito ao IFMS, foi construído o Projeto Político Pedagógico do *Campus* Naviraí.

4.2 HISTÓRICO

A história da escola pública está, desde seus primórdios, aliada a ideia da educação para o trabalho, em uma perspectiva de dualidade, como mencionado anteriormente. No Brasil, os primeiros indícios de uma educação profissional foi registrado ainda no período de colonização, a partir de 1809, com a criação dos Colégios das Fábricas.

Mesmo com esta primeira iniciativa a educação profissionalizante só começou a se consolidar há pouco mais de um século, quando o então Presidente da República Nilo Peçanha decretou a criação de dezenove Escolas de Aprendizes Artífices. O Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, estabelecia que as capitais deveriam oferecer ensino profissional primário gratuito a fim de “habilitar os filhos dos desfavorecidos de fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual” (BRASIL, 1909).

Nessa trajetória histórica, o sistema federal de ensino passou por diversas reformulações. O ensino técnico ganhou força durante as ditaduras brasileiras e se firmou durante o Estado Novo de Getúlio Vargas pelas Leis Orgânicas do Ensino e pela Reforma da Instrução Pública de 1971, no contexto do Regime Militar. No entanto, ambas as políticas de incentivo ao ensino técnico apostavam em uma proposta pedagógica tecnicista e alienante, que prioriza apenas as técnicas de trabalho, como solução educacional para os filhos de trabalhadores, numa proposta dual e excludente de ensino.

No estado de Mato Grosso do Sul, o ensino técnico voltou a ser ofertado em Campo Grande e Nova Andradina, mais especificamente, a partir de 2007 com a Lei n. 11.534, que criou as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Doravante, em 2008, a Lei Federal n. 11.892, dispõe sobre a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A Lei 11.892 também mandou criar 38 Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, dentre eles o IFMS. Na referida Lei especificou-se a diferenciação desta



política de ensino técnico, que rompe com as propostas anteriores de educação dual. No inciso III, artigo 6º define-se como uma das finalidades e características dos Institutos Federais o ato de: “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (BRASIL, 2008).

Ou seja, na nova proposta educacional em que os Institutos Federais se apresentam, a educação técnica não exclui o papel propedêutico do ensino médio, ofertando ao aluno uma proposta de um itinerário formativo que lhes permitam novas oportunidades de formação, sem limitá-los a apenas técnicas de trabalho.

Com a Lei de criação dos IFs as Escolas Técnicas de Campo Grande e Nova Andradina implantadas em 2007, tornaram-se dois dos *Campi* da Instituição. Posteriormente, foram implantados outros cinco *campi* pelo interior do estado, nos municípios de Aquidauana, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas.

As atividades iniciaram-se primeiramente em Nova Andradina no ano de 2010, em seguida foram abertas em Aquidauana, como também nos demais *campi*, turmas dos cursos técnicos subsequentes a distância em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR).

O *campus* de Naviraí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul iniciou seu processo de implantação no segundo semestre do ano de 2014, na terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para tanto, o Prof. Dr. Matheus Bornelli de Castro foi designado, por meio da portaria 1.412 de 07 de agosto de 2014, como Diretor-Geral Pro tempore do *Campus* Naviraí, ficando responsável pelo processo de abertura do *campus*.

Em 2014, os trabalhos foram iniciados no *Campus* Naviraí com o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Operador de Computador, além de uma turma do Pronatec Mulheres Mil com o curso de Recepcionista. No ano de 2015, outros cursos FIC foram abertos e em 2016 os cursos de ensino médio integrado e superior abriram suas primeiras turmas.

Naviraí é o Município Polo da região do Cone-Sul, um dos nove Polos Urbanos Regionais do estado de Mato Grosso do Sul, a 355 km de Campo Grande. É um dos municípios pertencentes à Faixa de Fronteira.



Fundado em meados de 1952 e emancipado em 1963, Naviraí teve sua população estimada (IBGE) em 50.692 habitantes no ano de 2014 e conta com área total de 3.163 km², estabelecendo o sexto município mais populoso do estado, possuindo ainda 37,80% da população regional.

No que se refere à situação produtiva potencial, Naviraí está inserido no Polo Sul do estado, junto com Dourados, Nova Andradina e Iguatemi, cujos setores produtivos de maior potencial são o agropecuário e os da agroindústria frigorífica e laticínios; indústria de alimentos, têxtil, vestuário e artefatos de tecidos; moageira de soja; ração animal; sementes de pastagens e cereais e embalagem.

O IFMS *Campus* Naviraí encontra-se em fase de implantação, sua sede provisória está situada na Rua Hilda, nº 203, Bairro Boa Vista, no Centro de Educação Profissional Senador Ramez Tebet, conforme Termo Aditivo nº 05 ao Termo de Cooperação 05/2012 entre a Secretaria de Estado de Educação - MS e o IFMS. Estão disponibilizadas cinco salas de aula de uso exclusivo do IFMS, além de laboratório de informática, espaços administrativos e ambientes de uso compartilhado como laboratórios e outras salas de aula.

4.3 INSERÇÃO REGIONAL

O estado do Mato Grosso do Sul tem uma economia baseada principalmente na pecuária e na agricultura. O Produto Interno Bruto (PIB) do estado encontra-se distribuído entre os setores de atividade econômica da seguinte forma: setor primário 15,45%, setor secundário 17,25% e o setor de serviços 67,29 (IBGE,2014).

O extrativismo mineral e a indústria fazem parte do segundo setor econômico do estado e a prestação de serviços para o turismo se caracteriza como o terceiro setor da economia do Mato Grosso do Sul.

Na atividade pecuária, a criação de gado é a mais difundida no estado. Existem ainda, grandes criações de suínos, ovinos, equinos e galinácea. Os produtos agrícolas mais cultivados no Mato Grosso do Sul são: soja, milho, trigo, arroz, café, algodão, mandioca, feijão, cana-de-açúcar e amendoim. A terra roxa encontrada em parte do estado favorece a produção agrícola.



A exuberância do ecossistema no estado do Mato Grosso do Sul atrai turistas para a região. Turismo Rural, Turismo Náutico e Ecoturismo são as vertentes turísticas oferecidas na região turística do Mato Grosso do Sul conhecida como Cone Sul, localizada no Sul-sudeste do Estado, na qual fazem parte os municípios de Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo e Naviraí. compondo uma das 10 regiões turísticas oficiais deste estado.

Um dos principais destaques da região turística é o Parque Nacional de Ilha Grande, construído para compensar a construção da - Usina Hidrelétrica de Itaipu, com o objetivo de proteger espécies de animais e vegetais do cerrado e floresta nacional. Próximo ao Rio Paraná, o parque engloba os municípios de Naviraí, Eldorado, Itaquiraí e Mundo Novo, possibilitando a prática do turismo náutico e ecoturismo. Os atrativos de maior destaque são: bosques, cachoeiras, praia de água doce, pesca esportiva e a presença das quedas d'água coloridas pelos cardumes de peixes, juntamente com as grutas com fonte de água mineral. Também se destacam os museus e as festas regionais com, principalmente as festas juninas.

Confira abaixo os atrativos turísticos dos municípios do Cone Sul:

Eldorado - Festa do Pintado, Festa da Melancia e ExpoEldorado.

Eldorado, assim como Naviraí, possui ligação com o Rio Paraná, um dos mais importantes rios brasileiros.

FIGURA 1: Rio Paraná



Fonte: Eldorado Divulgação

Iguatemi - Parque Natural Municipal do Piray (Localizado no quilômetro 5 da rodovia MS 295, o Parque do Piray está intimamente ligado à própria história do município de Iguatemi. Hoje, com a implantação do balneário, o local tem potencial turístico e é bastante frequentado, especialmente nos dias de verão. A cachoeira, provocada pela queda d'água da antiga barragem da usina, é um espetáculo à parte e atrai a atenção dos visitantes e de quem trafega pela MS 295. O local é dotado de campo de futebol suíço, com iluminação e vestiário, quadra de areia, também iluminada, além de quiosques com água encanada, churrasqueira e energia elétrica).

FIGURA 2: Parque Natural Municipal de Piray



Fonte: Divulgação Prefeitura de Iguatemi

Itaquiraí - atrativos para lazer como o Bosque Municipal, cachoeira do Rio Itaquiraizinho, Praia da Amizade com a Itaquipesca, gruta com fonte de água mineral e Parque Nacional da Ilha Grande. Artesanato de produtos à base da fibra da bananeira, licor e doce de banana.

FIGURA 3: Praia da Amizade



Fonte: Divulgação Prefeitura de Itaquiraí

Japorã - Centro de Tradições Tropeiras de Japorã, utilizado para a prática de cursos, entretenimento e eventos, como disputas de laço, Provas de Tambor e outras provas para cavaleiros e amazonas.

FIGURA 4: Japorã (Vista Aérea)



Fonte: Divulgação Prefeitura de Japorã

Mundo Novo - Prainha da Ponte, Parque Nacional da Ilha Grande e o Museu Histórico Tapuy-Porã.

FIGURA 5: Prainha



Foto: Divulgação Prefeitura de Mundo Novo

Naviraí - Parque Sucupira e Passeio de Barco. Um dos destaques do turismo rural está no município de Naviraí, no Assentamento Juncal, com oferecimento dos que oferece seus produtos hortifrutigranjeiros, locais para lazer e passeio de caiaque. Outro local é o Parque Sucupira, que possui pista de caminhada, áreas para atividades de lazer, quadras de areia para prática de esportes e equipamentos de ginástica para terceira idade.

FIGURA 6: Parque Sucupira



Fonte: Divulgação Prefeitura de Naviraí

O município de Naviraí é o Polo da região Cone Sul, um dos nove Polos Urbanos Regionais do estado de Mato Grosso do Sul, na microrregião (MRG-IBGE) de Iguatemi e mesorregião do Sudoeste, a 355 km de Campo Grande. É um dos municípios pertencentes à Faixa de Fronteira (Ministério da Integração Nacional).

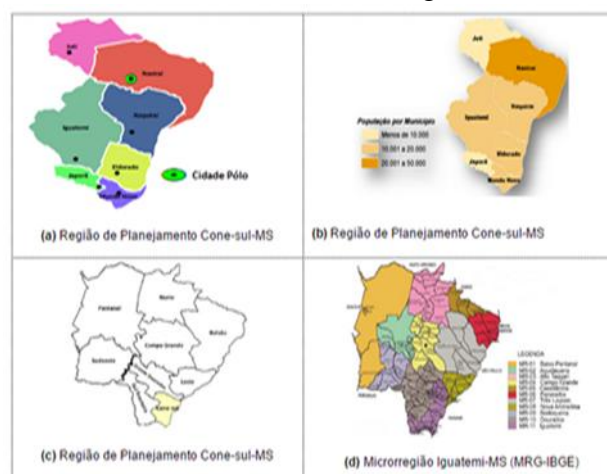
4.3.1 REGIÃO DO CONE SUL

A região Cone Sul é constituída por sete municípios banhados pela Bacia do Rio Paraná: Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo e Naviraí, o que pode ser verificado na figura 7 (a,b,c e d). Estes municípios fazem parte da Faixa de Fronteira, inseridos no grupo de trabalho-GT II – Borda Fronteira Brasil/Paraguai, exceto Naviraí e Juti que fazem parte do GT III.

O espaço geográfico compreendido por essa Região ocupa uma extensão territorial de 11.705,92 km², que representa 3,28% da área do Estado de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2011a; IBGE, 2013).

A Microrregião Iguatemi (MRG-IBGE), na qual se insere a maior parte da região Cone Sul, compreende dezessete municípios, que são: Angélica, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Eldorado, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jateí, Mundo Novo, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru, conforme mostra a figura 7.

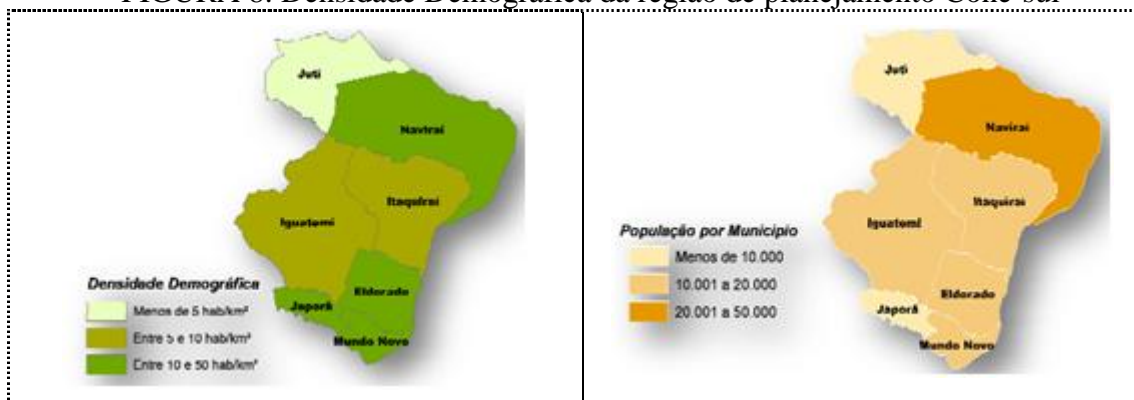
FIGURA 7: Municípios e População da Região de Planejamento Cone Sul, inserida na MRG Iguatemi-MS



Fonte: SEMAC (2012); SEPLANCT/SEMAC (2005)

Fundado em meados de 1952 e emancipado em 1963, Naviraí tem sua população estimada (IBGE) para 2014 em 50.692 habitantes, e conta com área total de 3.163 Km², estabelecendo-se como o sexto município mais populoso do Estado (Figura 8). Naviraí possui 37,80% da população regional. Dos sete municípios da Região do Cone Sul, apenas Naviraí está na faixa de 20 mil - 50 mil habitantes. Os demais municípios estão situados na faixa abaixo de 20 mil sendo que, Japorã e Juti situam-se na faixa abaixo de 10 mil habitantes como verificado na figura 8 (MATO GROSSO DO SUL, 2011a).

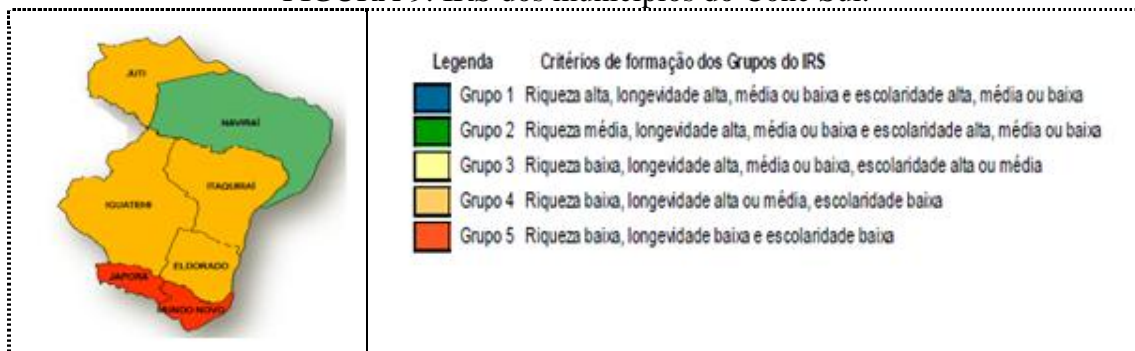
FIGURA 8: Densidade Demográfica da região de planejamento Cone-sul



Fonte: SEMAC (2011)

O Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul – IRS/MS é um indicador que apresenta as variações dos parâmetros de condições de vida nos Municípios. Tal índice é reflexo de um conjunto de informações envolvendo a produção de riquezas, a escolaridade e longevidade dos habitantes da região em análise. A figura 9 mostra o IRS dos municípios do Cone Sul.

FIGURA 9: IRS dos municípios do Cone Sul.



Fonte: SEMAC (2011)



4.3.2 POPULAÇÃO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS (IDH)

Naviraí conta com a maior população entre as cidades da região do Cone Sul. Ressaltamos ainda que segundo o Diagnóstico do Plano Diretor Participativo Municipal, sua população urbana encontra-se em torno de 42.855 habitantes (Plano Diretor Participativo Etapa I – Diagnóstico, 2015). A figura 10 mostra a população estimada para 2014 de Naviraí e demais municípios do Cone Sul.

FIGURA 10: População residente em comparação aos demais municípios do Cone Sul.



Fonte: IBGE, 2014.

O índice de desenvolvimento humano dos municípios da região do Cone Sul pode ser verificado na figura 11. Salientamos que o município de Naviraí apresenta o maior IDH entre os municípios. Campo Grande, a capital do estado, possui IDH de 0,784 (IBGE – idhm, 2010).

FIGURA 11: Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Cone Sul



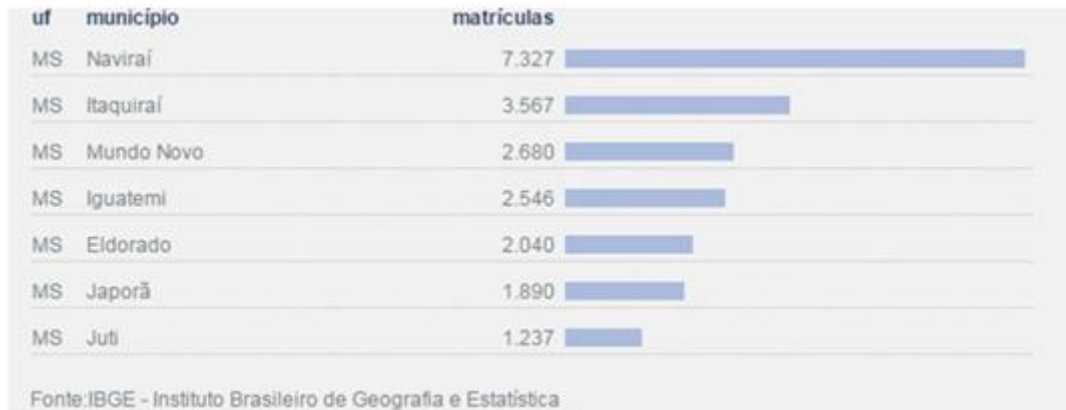
Fonte: IBGE, 2010.



4.3.3 CENÁRIO EDUCACIONAL

Quanto ao cenário educacional, as figuras 12a e 12b mostram o quantitativo das matrículas no ensino fundamental e médio nos municípios da região do Cone Sul. Síntese das informações das matrículas do ensino fundamental – 2012

FIGURA 12a: Matrículas ensino fundamental



Fonte: IBGE, 2012.

Considerando que os egressos do ensino fundamental são os estudantes em potencial que podem ingressar no ensino médio, verifica-se que Naviraí lidera o número de matrículas, contando com 34,4% do total de estudantes matriculados no ensino fundamental da região do Cone Sul.

Com relação ao ensino médio, novamente o município de Naviraí lidera o ranking de matrículas, porém, ressaltamos que os números são menos expressivos, conforme pode ser verificado na figura 12b.

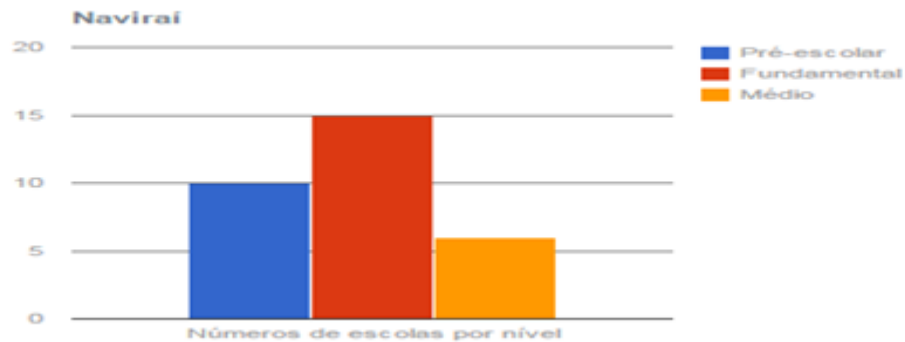
FIGURA 12b: Síntese das Matrículas ensino médio – 2012



Fonte: IBGE, 2012.

Ainda no contexto educacional, a figura 13 mostra o quantitativo de escolas no município de Naviraí nos níveis do ensino médio, fundamental e pré-escolar.

FIGURA 13: Número de escolas por nível no município de Naviraí



Fonte: IBGE, 2012.

Quanto ao ensino superior, o quadro 2 relaciona algumas instituições de ensino no município e outras localizadas na região próxima a Naviraí. Um ponto importante é a ausência de cursos específicos na área da pecuária, agronegócio ou de recursos naturais.

QUADRO 2: Instituições e cursos superiores presenciais nas proximidades de Naviraí

Instituição	Cidade	Cursos
FACINAV	Naviraí	Ciências Contábeis (B)
FINAV	Naviraí	Administração (B); Geografia (L); Letras - Português e Inglês (L); Pedagogia (L).
UEMS	Naviraí	Direito (B); Engenharia de Alimentos (B); Matemática - Parfror (L); Química (L); Tecnologia de Alimentos (T).
UFMS	Naviraí	Ciências Sociais (L); Pedagogia (L).
UEMS	Mundo Novo	Ciências Biológicas (L); Tecnologia em Gestão Ambiental (T).
UNIPAR	Guáira-PR	Administração (B); CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (T);



		CST em Estética e Cosmética (T); CST em Gestão Ambiental (T); Direito (B); Enfermagem (B); Pedagogia (L).
--	--	---

Fonte: e-MEC. – (Legenda: L – licenciatura, B – Bacharelado, T – Superior em Tecnologia)

4.3.4 PIB DE NAVIRAÍ E DEMAIS MUNICÍPIOS

O município de Naviraí localiza-se a 349 km da capital do estado e a 57 km da divisa com o estado do Paraná e configura-se como a cidade Polo da MRG de Iguatemi, a figura 14 mostra o Produto Interno Bruto (PIB) de Naviraí por setor.

FIGURA 14: Produto Interno Bruto do Município de Naviraí, 2012.

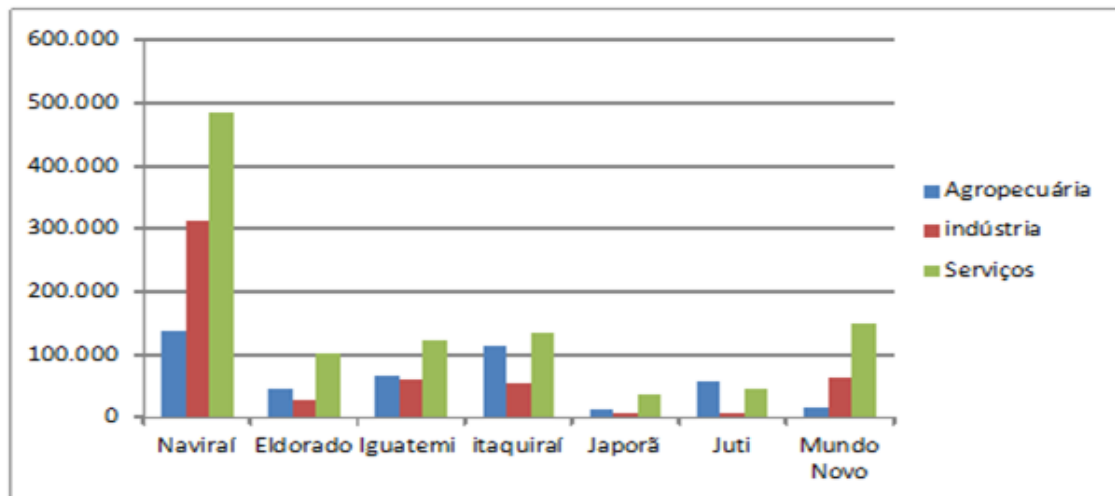


Fonte: IBGE, 2012.

No ranking de municípios, Naviraí assume a oitava posição no PIB estadual. Considerando os municípios integrantes da região do Cone Sul, o mesmo desponta como o primeiro em termos do PIB, tendo o setor de serviços como seu carro chefe, seguido pelos setores da indústria e agropecuária.

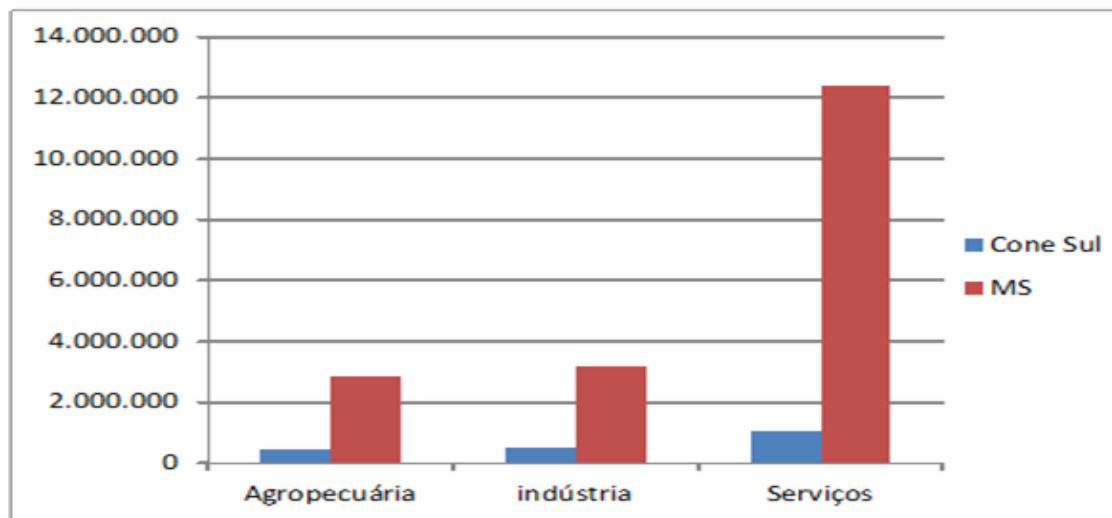
Ainda com relação ao PIB, as figuras 16a e 16b relacionam a posição de Naviraí com os demais municípios do eixo da região do Cone Sul bem como a participação do PIB da região comparativamente com do estado do MS.

FIGURA 15: Produto Interno Bruto do município de Naviraí e municípios da região do Cone Sul, 2012.



Fonte: IBGE, 2012.

FIGURA 16: PIB da região do Cone Sul comparativo ao PIB do Estado do Mato Grosso do Sul.



Fonte: IBGE, 2012.

4.3.4.1 SETOR PRIMÁRIO (PECUÁRIA E AGRICULTURA)

O estado de Mato Grosso do Sul tem atraído investidores por possuir grande potencial ecoturístico e grandes extensões de terras agricultáveis. O agronegócio é uma das principais bases da economia do Estado.

Sua localização estratégica, fazendo limites com os principais centros consumidores do país (São Paulo, Paraná e Minas Gerais), além de fronteira e proximidade com os países do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), é outro fator

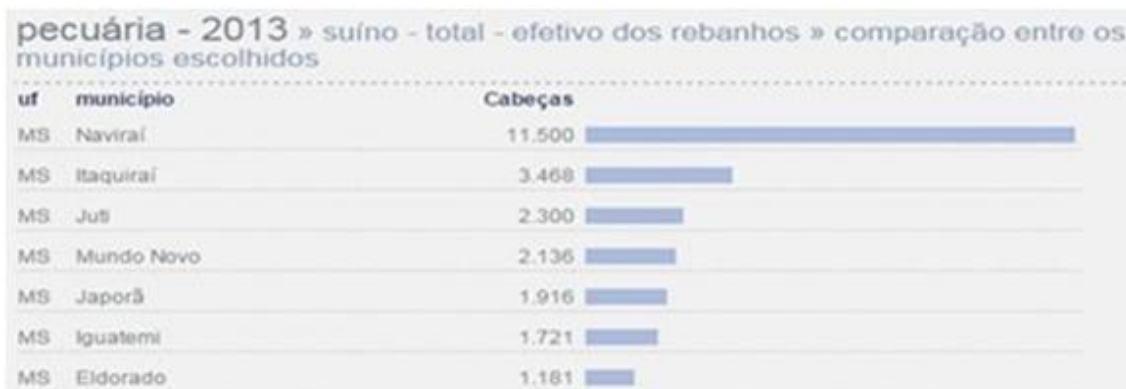


de atração de investimentos. O Estado está interligado por quatro eixos rodoviários federais as BR's 060, 163, 262 e 267, duas ferrovias a ferrovia Noroeste do Brasil e a Ferronorte e duas hidrovias, a do Rio Paraná e Paraguai.

O município de Naviraí está inserido no grande Polo Sul do estado, juntamente com cidades de Dourados, Nova Andradina e Iguatemi, cujos setores produtivos de maior potencial são o agropecuário, os da agroindústria frigorífica e laticínios; indústria de alimentos, indústria têxtil, vestuário e artefatos de tecidos; moageira de soja; ração animal; sementes de pastagens e cereais; embalagem; indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico.

As figuras 17 a 21 apresentam dados sobre o Setor Primário (pecuária e agricultura) de Naviraí com os demais municípios da região do Cone Sul.

FIGURA 17: Rebanho de suínos município de Naviraí e municípios da região do Cone Sul



Fonte: IBGE, 2013.

Na figura 18 pode-se verificar que em termos do rebanho efetivo de galináceos há um destaque do município de Itaquiraí.



FIGURA 18: Rebanho de galináceos município de Naviraí e municípios da região do Cone Sul



Fonte: IBGE, 2013.

Em termos da pecuária, conforme mostra a figura 19, o rebanho bovino encontra-se distribuído em quase todas as cidades da região do Cone Sul, destacando-se o município de Iguatemi seguido por Naviraí e Itaquiraí.

FIGURA 19: Rebanho de bovinos município de Naviraí e municípios da região do Cone Sul



Fonte: IBGE, 2013.

Na produção leiteira, de acordo com a figura 20, temos os municípios de Itaquiraí e Iguatemi como os maiores produtores.



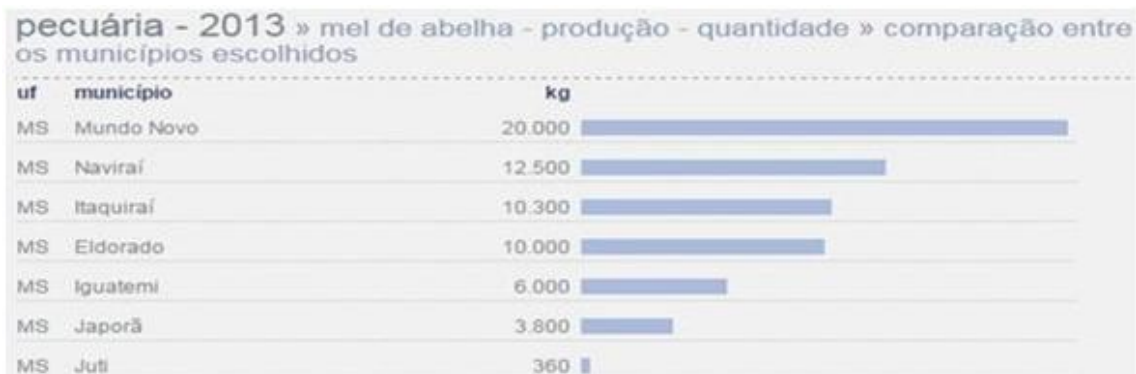
FIGURA 20: Produção de leite de vaca município de Naviraí e municípios da região do Cone Sul



Fonte: IBGE, 2013.

Outro setor de destaque é a produção de mel de abelha. Conforme mostra a figura 21, Mundo novo destaca-se, seguido de Naviraí e Itaquiraí.

FIGURA 21: Produção de mel de abelha município de Naviraí e municípios da região do Cone Sul



Fonte: IBGE, 2013.

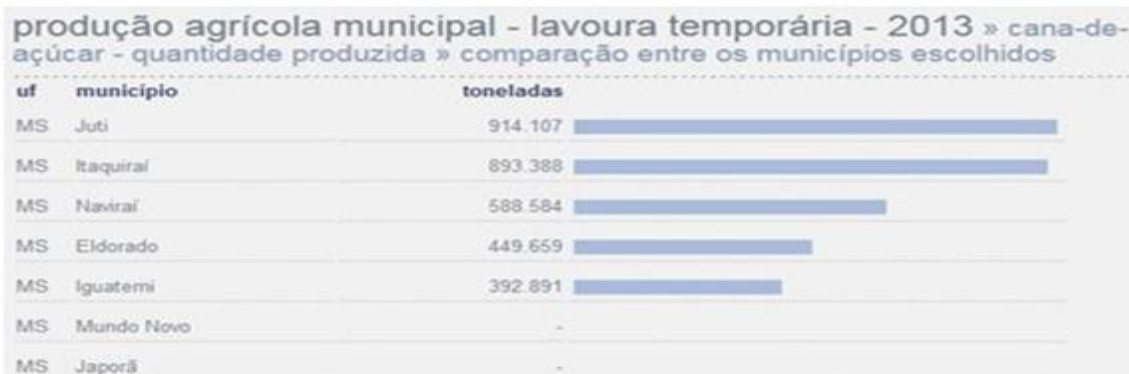
A agricultura no Mato Grosso do Sul é constituída de uma diversidade de atividades agrícola tais como: soja, arroz, trigo, milho, feijão, mandioca, algodão, amendoim e cana-de-açúcar. Além do grande contingente de mão de obra que a emprega, a agricultura participa na segurança alimentar e na geração de divisas, impulsionando o desenvolvimento econômico do país.

Naviraí faz parte da cadeia produtiva sucroalcooleira nacional. A importância estratégica do setor sucroalcooleiro na economia nacional é manifestada não somente na produção, empregabilidade, consumo e exportações de seus produtos, mas também



na sua participação na matriz energética brasileira, que é crescente (MATO GROSSO DO SUL, 2013a). Dados sobre a agricultura são apresentados nas figuras 22 a 27.

FIGURA 22: Produção de cana-de-açúcar município de Naviraí e municípios da região do Cone Sul



Fonte: IBGE, 2013.

A figura 23 mostra a produção da lavoura temporária de milho entre os municípios do Cone Sul. O município de Naviraí destaca-se de forma expressiva sendo seguido por Itaquirai e posteriormente por Juti e Eldorado, com valores menos expressivos.

FIGURA 23: Produção de milho município de _ Naviraí e municípios da região do Cone Sul



Fonte: IBGE, 2013.

Na cultura da soja, Naviraí destaca-se com expressivo valor de produção quando comparado aos demais municípios da região do Cone Sul.



FIGURA 24: Produção de soja município de Naviraí e municípios da região do Cone Sul



Fonte: IBGE, 2013.

O município de Naviraí destaca-se também na produção de mandioca com expressiva produção, seguido dos município de Itaquiraí e Japorã.

FIGURA 25: Produção de mandioca município de Naviraí e municípios da região do Cone Sul



Fonte: IBGE, 2013.

A região do Cone Sul e principalmente o município de Itaquiraí destaca-se na produção de mandioca com expressiva produção, seguido por Naviraí.

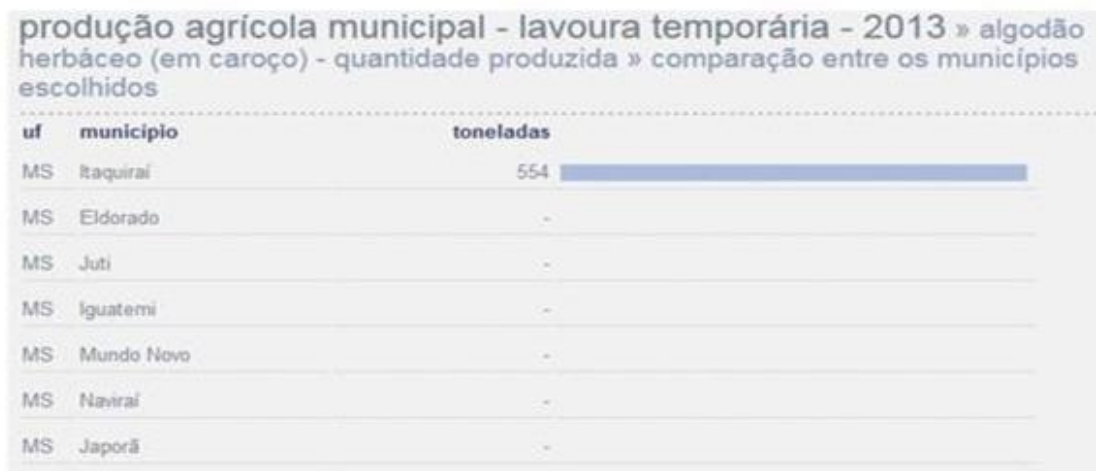
FIGURA 26: Produção de feijão município de Naviraí e municípios da região do Cone Sul



Fonte: IBGE, 2013.

A cultura do algodão também apresenta destaque porém no município vizinho de Itaquiraí, (figura 27).

FIGURA 27: Panorama da produção de algodão nos municípios da região do Cone Sul



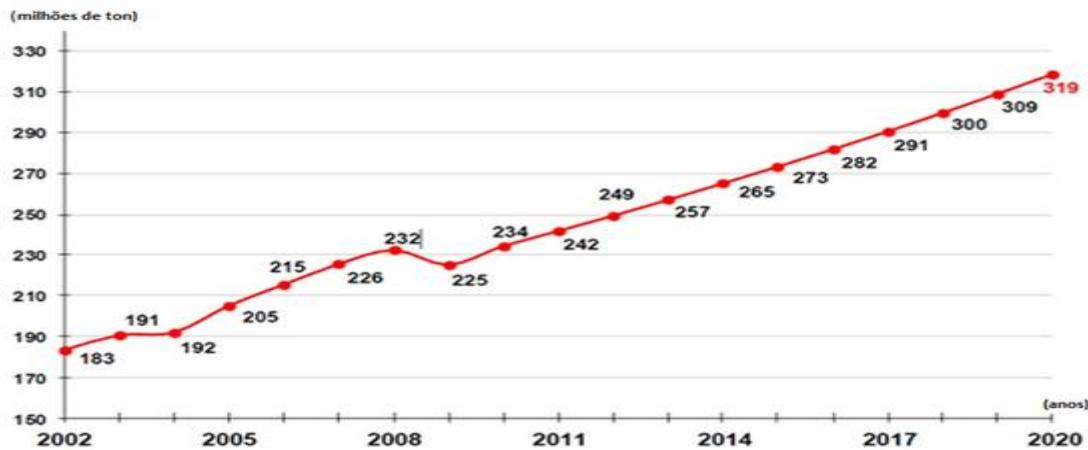
Fonte: IBGE, 2013.

Segundo FAMASUL (2015) o Estado de Mato Grosso do Sul concluiu a colheita de soja do ciclo 2014/2015, alcançando 6,6 milhões de toneladas do grão. Na safra 2012/2013 foram 5,8 milhões de toneladas de soja colhida e no último ciclo o volume foi de 6 (seis) milhões de toneladas. “Historicamente temos alcançado volumes recordes de produção. O crescimento ficará em torno de 10%”, calcula o presidente da



Aprosoja/MS, Mauricio Saito. A área total da soja no Estado corresponde a 2,3 milhões de hectares e se manteve estável, distribuída em 64 municípios que cultivam o grão.

FIGURA 28: Demanda global pelo produto soja



Fonte: ABIOVE, 2015.

A ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleo Vegetal) estima que a demanda mundial de soja deverá crescer de 234 milhões de toneladas em 2010 para 319 milhões de toneladas em 2020, (figura 28). Já a empresa de consultoria americana Highquest Partners, estima que a demanda em 2020 será de 348 milhões de toneladas. Isso significa que o mundo demandará, até 2020, entre 85 e 114 milhões de toneladas adicionais aos atuais 256 milhões de toneladas produzidos. Isso significa adicionar à produção mundial mais que um país equivalente aos Estados Unidos, o principal produtor (ABIOVE, 2015).

4.3.4.2 SETOR SECUNDÁRIO (INDÚSTRIAS)

Conforme o site oficial de Naviraí¹, o setor secundário possui empresas de Açúcar e Álcool (Usinavi) e Cooperativas, contando também com indústrias Frigoríficas e de Suplementos Minerais, além de Fecularias como a Salto Pilão e Amidos Naviraí.

A Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense – Copasul, conta com a Unidade de Fiação e de Fecularia de Mandioca, figura 29a e 29b, ambas em Naviraí.

FIGURA 29a: Unid. Indust. de Fiação



FIGURA 29b: Unid. Indust. de Fecularia



Fonte: Copasul, 2015.

Há também duas Unidades de Silos para armazenamento de soja e milho no município de Naviraí e em Itaquiraí, conforme mostra figuras 30a e 30b.

FIGURA 30a: Silos em Naviraí



FIGURA 30b: Silos em Itaquiraí



Fonte: Copasul, 2015.

No setor têxtil destacam-se as malharias Kriswill e Lênix. O município apresenta ainda como destaque a Fábrica de Bicicletas Colli Byke pertencente ao Grupo Gazin e a Indústria de Erva-mate Campanário como importantes empresas para economia local e da região.

4.3.4.3 SETOR TERCIÁRIO (SERVIÇOS)

Com o processo de globalização, iniciado no final do século XX, o setor terciário foi o que mais se desenvolveu no mundo. Desde então, ele é marcante nos países de alto grau de desenvolvimento econômico.

Em algumas perspectivas, costuma-se dividir o setor terciário, considerando-o apenas com o comércio e categorizando os serviços em um suposto setor quaternário da economia. No entanto, essa divisão não é aceita e nem empregada pelos órgãos



nacionais e internacionais de estudos econômicos, a exemplo do IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA.

O setor de serviços, no entanto, é muito amplo, pois envolve todos os bens “imateriais”, ou seja, tudo aquilo que é oferecido ao consumidor na forma de atividades, como consertos mecânicos e domésticos, auxílios para aparelhos e tecnologias, atividades educacionais, auxílio jurídico, telemarketing, lazer, turismo, segurança, transporte, entretenimento, entre outras.

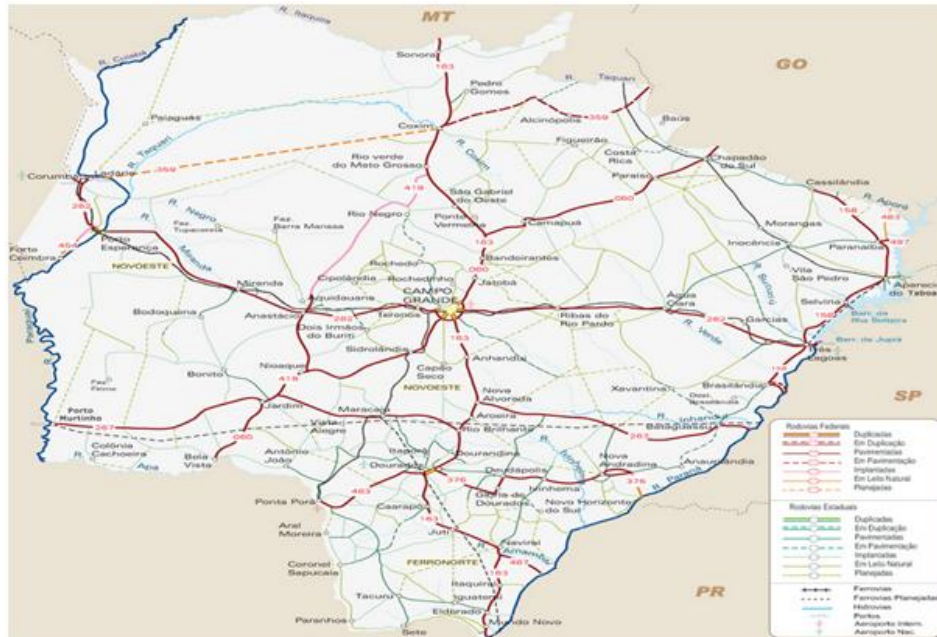
De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o estado de Mato Grosso do Sul ocupou o décimo quarto lugar a nível de trabalhadores admitidos e desligados conforme o saldo do mês de julho do ano de 2015 (MTE, 2015).

Pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Mato Grosso do Sul (IPF), revela que Mato Grosso do Sul teve crescimento na geração de empregos, principalmente, no setor terciário, e que as microempresas são responsáveis em 45,1% pelo crescimento.

4.3.4.4 LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ E REGIÃO DO CONE SUL

As principais rodovias que cortam a Região do Cone Sul, são: a BR 163, principal corredor de transporte e ligação com as demais regiões; a MS 487, que faz a ligação entre a Região e o Estado do Paraná e a MS 141, que por sua vez liga a Região à BR 267, passando por algumas cidades da Região Leste. A figura 30 mostra as conexões dos transportes rodoviário, ferroviário e fluvial (MATO GROSSO DO SUL, 2011b).

FIGURA 31: Principais Rodovias do Estado de Mato Grosso do Sul, 2012



Fonte: Mapa, 2012:

O município de Naviraí está localizado em importante entroncamento de distribuição do fluxo rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul, além do seu fluxo normal de acesso conta ainda com linhas rodoviárias comerciais através das empresas de transporte de passageiros e mercadorias, entre as quais temos: Expresso Maringá, Expresso Queiroz, Viação Umuarama, Viação Motta, entre outras. No esboço abaixo, destacam-se as principais rodovias que possibilitam o acesso ao município.

O quadro 3 mostra a distância do município de Naviraí a algumas cidades de outros estados brasileiros.

QUADRO 3: Distância rodoviária entre o município de Naviraí, MS e alguns municípios brasileiros.

Cidade	Distância (km)
Cuiabá, MT	1.051
Santos, SP	1.047
São Paulo, SP.	964
Curitiba, PR	749
São José do Rio Preto, SP.	684



Londrina, PR	413
Foz do Iguaçu, PR.	353
Maringá, PR	313
Umuarama, PR	160

Fonte: Google Maps, 2015.

O quadro 4 mostra a distância entre Naviraí e os municípios da região do cone Sul.

QUADRO 4: Distância rodoviária entre os municípios de o da região do Cone Sul

Cidade	Distância (km)
Mundo Novo	113
Japorã	111
Eldorado	85,3
Iguatemi	74,1
Juti	49,5
Itaquiraí	43,7

Fonte: Google Maps, 2015.

O quadro 5 mostra a distância entre o município de Naviraí e os demais *Campus* do IFMS.

QUADRO 5: Distância rodoviária entre Naviraí e os demais *Campus* IFMS

Cidade	Distância (km)
Corumbá	711
Coxim	602
Aquidauana	483
Três Lagoas	427
Campo Grande	349
Jardim	347
Ponta Porã	203



Nova Andradina	157
Dourados	138

Fonte: Google Maps, 2015.

4.4 IDENTIDADE - FUNÇÃO SOCIAL (RESPONSABILIDADE SOCIAL) MISSÃO, VISÃO, VALORES, PÚBLICO

O IFMS *Campus* Naviraí está conquistando seu espaço na região, apresentando-se como uma instituição federal de educação profissional e tecnológica comprometida com a qualidade do ensino. Firmada nos três pilares (ensino, pesquisa e extensão), objetiva inserir-se não apenas como instituição de ensino, mas também como espaço de pesquisa, preocupada em contribuir com as demandas sociais da região. Este trabalho aproxima a instituição da comunidade, ganhando cada vez mais credibilidade em busca da valorização de seus cidadãos.

O *campus* abre suas portas, e promove um ensino que contribui para o desenvolvimento local, mediando com estágios e convênios, a qualificação profissional perante a demanda do setor econômico da região. Assim, compromete-se com sua função social de qualificação profissional e tecnológica, mediante um ensino integrado, proporcionando maior empregabilidade a seus educandos e parcerias significativas com a comunidade local. O *Campus* Naviraí se compromete com a missão institucional e com sua visão, valores e princípios, que são:

4.4.1 MISSÃO:

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional.

4.4.2 VISÃO

Ser reconhecido como instituição de ensino de excelência, sendo referência em educação, ciência e tecnologia no Estado de Mato Grosso do Sul.



4.4.3 VALORES

- Inovação;
- Ética;
- Compromisso com o desenvolvimento local e regional;
- Transparência;
- Compromisso Social.

4.4.4 PÚBLICO

Tendo em vista a multiplicidade de cursos ofertados na instituição, o público que pode ter acesso ao IFMS é amplo e diversificado, desde estudantes que terminaram o ensino fundamental até jovens e adultos com perfis de diferentes idades, condição social, nível educacional, renda, etc.

Vale ressaltar que este é um dos desafios do IFMS *Campus* Naviraí: atender toda a comunidade nos seus mais diferentes anseios, por meio de cursos de curta duração, cursos de longa duração, projetos de pesquisa e extensão, incubadora de empresas e outras atividades.

4.5 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO

Os processos pedagógicos desenvolvidos no IFMS se assentam sobre a ideia de trabalho como um princípio educativo, alinhando as concepções de homem, sociedade e educação. O trabalho é, nessa perspectiva, concebido como processo pelo qual as sociedades e os homens se constituem, os seres humanos criam e recriam a si próprios e suas relações sociais mediados pela ação consciente do trabalho. Trabalho é atividade humana criadora de realidades sociais.

A educação é o processo pelo qual os homens atualizam as novas gerações de sua história, seja de modo formal, sistemático, contando com a escola para isso, ou informal, por meio das relações estabelecidas em todos os espaços ocupados pelos



coletivos humanos. Assim, as novas gerações se apropriam dos conhecimentos produzidos pelos seus anciãos e as gerações que os sucederam.

Desse modo, é pelo trabalho e pela educação que os homens e as sociedades como um todo se recriam e têm continuidade. Nesse sentido, o homem é um ser que se constitui em atividade, sendo esta, trabalho, agindo sobre o mundo, em meio às relações que estabelece com seus pares e as ferramentas que produz em cada contexto histórico.

Trabalho e educação situam-se no âmbito das necessidades humanas. E, em decorrência disso, na contemporaneidade, residem no campo do direito: direito ao trabalho e direito à educação. Direito de todos.

Na sociedade atual, permeada pelas relações singulares do capitalismo monopolista e financeiro, trabalho tende a ser reduzido à ideia de emprego, coisificado como mercadoria, que, por sua vez, exclui a sua compreensão ontológica, na qual reside o direito do ser humano, em relação ao acordo solidário com outros seres humanos, de apropriar-se, transformar, criar e recriar pelo trabalho - mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia.

A educação escolar básica tem o papel central na construção de uma nação no seu âmbito cultural, social, político e econômico, e condição, para uma relação soberanamente humanizada e, portanto, não subalterna e colonizada por demais nações.

Ao ter como ponto de partida a realidade social e as vivências dos educandos, o processo de ensino e aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica pressupõe a integração do conhecimento cuja apropriação dá-se sobre uma relação dialógica entre os sujeitos. Assim, o trabalho didático parte de problematizações do real vivido, se alicerça na pesquisa, fundamentando-se na interdisciplinaridade.

Para isso, os sujeitos do processo educativo atuam na perspectiva, não só como usuários de tecnologias, mas, sobretudo, como produtores, protagonistas e críticos destas. Desse modo, a formação do futuro profissional o concebe como um sujeito social, histórico e produtor de cultura.

Nesse sentido, o trabalho pedagógico é alicerçado sobre a realidade social problematizando-a, rumo à apropriação do conhecimento por meio da investigação e sistematização do saber na perspectiva da totalidade.



O trabalho coletivo entre os educandos possibilita a construção de aprendizagens colaborativas, sobre as quais são tecidas relações de solidariedade e compromisso com a produção de novas realidades sociais, as quais requerem novos entendimentos da relação entre educação e trabalho e deste em si, como constituidor do ser humano e das formas de existência humana.

Em todos os percursos formativos nos diferentes cursos da instituição, a avaliação é concebida como um processo de acompanhamento da aprendizagem, na perspectiva de avaliação formativa, a partir da qual avaliar é levantar informações para compreender as apropriações, seus processos e então intervir de forma coerente com as necessidades dos educandos.

4.5.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA

Os Cursos Técnicos do IFMS são organizados em regime semestral, em consonância com os princípios instituídos pela legislação vigente e organizados em unidades curriculares. As unidades curriculares constituem o conjunto de bases tecnológicas, científicas, de gestão, de conteúdos e experiências, que colaboram com a construção do perfil de formação a ser alcançado.

Para atingir seus objetivos, as unidades curriculares deverão ser organizadas ao longo dos períodos letivos com carga horária especificada no Projeto Pedagógico de cada curso. O currículo é organizado visando à integração dos diferentes campos do conhecimento numa perspectiva de totalidade.

Nos cursos técnicos integrados, a formação geral é organizada por unidades curriculares agrupadas segundo eixos tecnológicos, quais sejam: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Já a estrutura curricular da formação técnica é organizada por unidades curriculares de acordo com a área profissional, conforme legislação vigente. As unidades curriculares são agrupadas de forma que as bases tecnológicas, científicas, de gestão e de conteúdos constituam ordenação e sequência lógicas para que se propiciem as aprendizagens referentes ao perfil profissional de conclusão do curso. O itinerário



formativo consiste em um conjunto de etapas a serem cumpridas que permitam formações específicas em determinado eixo tecnológico.

4.5.2 CURSOS SUPERIORES

Os cursos superiores de tecnologia visam proporcionar aprimoramento educacional e profissional dos estudantes. Para isso, os currículos destes cursos são organizados de modo a possibilitar ao estudante formação técnico-científica sólida, direcionada à compreensão das configurações e necessidades do mundo do trabalho e das relações nele implícitas.

Os cursos de Licenciatura estão organizados de forma a permitir a formação do profissional capaz de auxiliar na transformação social. Fundamentam-se nos princípios da dignidade humana; da igualdade de direitos; do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; da laicidade do Estado; da democracia na educação; da transversalidade, vivência e globalidade; da sustentabilidade socioambiental.

4.5.3 PÓS-GRADUAÇÃO

Nos cursos de pós-graduação, é preponderante o processo de produção do conhecimento para consolidar a formação do pesquisador e o exercício das atividades da docência, no intuito de atender às necessidades sociais e os avanços do mundo produtivo. Assim, a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu está organizada a partir da possibilidade de verticalizar a formação, tendo relação direta com as áreas em que outras formas de educação profissional são desenvolvidas em cursos do IFMS. A oferta de formação em nível de stricto sensu nas áreas de atuação do IFMS visa contribuir para desenvolvimento de novas linhas e grupos de pesquisa na região, formar pesquisadores e a integração entre diferentes instituições.

4.5.4 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância (EaD) do IFMS é considerada um encontro não presencial entre sujeitos por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Tais sujeitos dialogam e constroem relações, conhecimentos, práticas e



situações existenciais, para realizarem intervenções na realidade em que estão inseridos. As atividades envolvem o uso de ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA) por meio da Plataforma Moodle, na qual são desenvolvidas as atividades a distância. Uma vez por semana, os estudantes se reúnem presencialmente nos polos presenciais para, por intermédio do tutor, elucidar dúvidas e desenvolver atividades propostas pelos professores das unidades curriculares.

4.5.5 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pelo IFMS corroboram para “uma formação que permita a mudança de perspectiva de vida por parte do aluno; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais.” (BRASIL, 2009, p. 5). Dessa forma, almeja-se propiciar uma formação humana e integral em que o objetivo profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientado pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitua em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos estudantes (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005).

4.6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

A organização didático-pedagógica dos cursos ofertados pelo IFMS está alicerçada sobre a premissa de que a educação é processo de humanização, por essa razão, os tempos e espaços nos quais são desenvolvidas as diferentes formas de educação profissional são pensados priorizando o protagonismo de seus sujeitos principais: educandos e educadores.

Essa perspectiva é expressa nos documentos que norteiam a organização da Educação Profissional, Científica e Tecnológica conforme suas diferentes formas. Cada oferta é contemplada em uma normatização própria, intitulada Regulamento da Organização Didático-Pedagógica, em consonância com os princípios gerais que norteiam todas as ações do IFMS.

As orientações e regras presentes nesses regulamentos específicos são atualizadas periodicamente, a cada quatro anos, a partir das contribuições dos *campi*



por meio da manifestação de docentes, técnicos e gestores. Os Regulamentos da Organização Didático- Pedagógica dos cursos ofertados pelo IFMS são disponibilizados aos estudantes em meio físico e eletrônico quando do ingresso no curso, ou da atualização do documento.

4.7 POLÍTICAS DE ENSINO

A Educação Profissional e Tecnológica, como uma modalidade da educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, constitui um campo de realização de direitos. Por essa razão, na perspectiva do trabalho como princípio educativo, a formação de seus estudantes não pode ser enleada no imediatismo do mercado de trabalho, mas requer processos educativos não aligeirados e/ou fragmentados.

Em consonância com esse ideário, os processos formativos conduzidos pelo IFMS têm seus tempos de formação ampliados primando pela integração dos diferentes campos do conhecimento.

Visando à formação científica e tecnológica de homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, tendo em vista a formação integral para o mundo do trabalho, os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nos cursos de Educação Profissional e Tecnológica do IFMS empregam metodologias pautadas na perspectiva da práxis.

Para apoiar as necessidades do ensino em diferentes campos, o IFMS desenvolve de forma sistêmica um processo de avaliação diagnóstica em Língua Portuguesa e Matemática, o qual conta com a aplicação de um instrumento único aos estudantes ingressantes em todos os cursos técnicos em cada *campus* da instituição.

A partir dos resultados levantados na avaliação diagnóstica, os estudantes são convidados ou convocados a participar de um Programa de Matemática Integrada e Língua Portuguesa Integrada. Os referidos Programas visam ao fortalecimento das aprendizagens nas áreas mencionadas, com o intuito de possibilitar aos estudantes as apropriações fundamentais para o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem com êxito.



As formas de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente ocorre nas seguintes formas: No calendário acadêmico é previsto semestralmente um período para a realização do Planejamento de Ensino do Professor. O Plano de ensino é encaminhado ao Coordenador de curso e pedagogo, e após ajustes, é divulgado aos estudantes no início de cada semestre. A supervisora pedagógica acompanha algumas aulas ministradas pelos docentes, a fim de verificar se está em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso, bem como, os aspectos didático-pedagógicos utilizados pelo professor em sala. A Coordenação de Curso e a equipe pedagógica verificam a compatibilidade entre o Plano de Ensino e o Diário de Classe. Na avaliação docente pelo discente, realizada semestralmente, é avaliado o desenvolvimento das atividades do professor. Ressalta-se que nesta avaliação, todos os estudantes avaliam todos os docentes que ministram aulas durante o semestre letivo. Essa avaliação corresponde a 30% da avaliação de desempenho. Cabe ainda citar que os docentes elaboram um Plano de Trabalho referente às atividades a serem desenvolvidas no decorrer do período, e um relatório das atividades ao final do semestre letivo.

4.8 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

As Políticas de Extensão do IFMS têm como focos fundamentais de atuação o apoio e o fortalecimento da participação, seja como ouvinte ou como palestrante, de discentes, docentes e técnicos-administrativos, diretamente relacionados a projetos de extensão em eventos técnicos, sociais, científicos, artísticos, esportivos e culturais, bem como a garantia de acesso democrático e a permanência, com qualidade, no IFMS.

As Políticas de Extensão compreendem as ações direcionadas para o incentivo ao desenvolvimento de projetos de extensão vinculados ao desenvolvimento regional, envolvendo docentes, estudantes e técnicos-administrativos, a institucionalização de programas de extensão comunitária como forma de retorno das atividades acadêmicas à sociedade e também a ampliação da participação dos familiares dos estudantes e comunidade em geral nas atividades.



Também abarcam as ações das Políticas de Extensão a inserção e a permanência de pessoas com necessidades especiais e diversidade de forma a garantir às mesmas o direito à educação, além do incentivo à organização estudantil.

4.9 POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO

As Políticas de Pesquisa do IFMS encontram fundamento nas premissas que buscam a integração e a articulação entre ciência, tecnologia, inovação e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica, como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários à formação de um cidadão pleno e em exercício de atividade laboral.

As ações que concretizam as Políticas de Pesquisa e Inovação no IFMS revelam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A pesquisa se concretiza nas diferentes ações de ensino e extensão, contribuindo com mecanismos para o acesso, permanência e êxito do estudante no IFMS. O Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFMS (Pitec) estabelece as diretrizes para operacionalização da concessão de bolsas e auxílios aos estudantes dos níveis médio e superior da instituição envolvidos com projetos de pesquisa.

O Empreendedorismo e Inovação se desenvolvem a partir do conteúdo programático das disciplinas de empreendedorismo oferecidas nos cursos de nível médio e de nível superior, além das demais ações integradas realizadas durante os semestres letivos. O Programa de Empreendedorismo e Inovação norteará essas atividades, incluindo também, o modelo de operacionalização dos mecanismos de apoio institucional para a geração de novos negócios. Desta forma, a integração dessas ações e mecanismos, com a dos demais atores locais, contribuem para a formação de Territórios Inovadores nas diversas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul.

4.10 POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS

Em consonância com a perspectiva de gestão democrática que norteia todas as ações em educação no país, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, de 1996, as políticas de gestão do IFMS



visam à democratização das ações institucionais com vistas a consolidar a universalização e interiorização da educação profissional, científica e tecnológica no estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, os principais agentes dessas políticas são os servidores técnicos e docentes, que, por meio dos seus representantes nas ações próprias de gestão, implementam uma nova institucionalidade em compromisso com o social. O IFMS está, assim, alinhado à proposta que originou a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pautado na indissociabilidade entre teoria e prática.

Desse modo, os modelos de gestão do passado já não respondem às demandas contemporâneas de todas as ordens e nesse caminho que seguem os desafios enfrentados pelo IFMS em seu processo de implantação. Desta forma, o uso das tecnologias torna-se primordial para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, da comunicação e da gestão educacional.

4.10.1 CORPO DOCENTE

O corpo efetivo de docentes do IFMS é constituído por professores da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Para o atendimento de condições definidas em lei, e em caráter temporário, o IFMS conta com número de professores substitutos e temporários, especificado em diretrizes legais e normativa.

4.10.1.1 REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Os requisitos de titulação para a admissão de docentes para o quadro efetivo são definidos nos editais de concurso público e possuem regras estabelecidas em lei para a titulação exigida de acordo com o nível da carreira docente.

Para a Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, exige-se que o docente possua graduação em áreas/subáreas específicas.



4.10.1.2 EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE

4.10.1.2.1 EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

A experiência acadêmica, como professor no Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, é pontuada na prova de títulos, numa das etapas do concurso público para ingresso no IFMS.

Após o ingresso na Instituição, a experiência continua sendo valorizada na avaliação do docente, pontuando especificamente nos critérios acadêmicos (formação e atualização continuada), pedagógicos e na produção institucional, decorrente de experiências com a orientação de estudantes, entre outras atividades.

4.10.1.2.2 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA

A experiência não acadêmica, desde que vinculada à atividade profissional na área do concurso, é pontuada na prova de títulos do concurso público para ingresso no IFMS.

4.10.1.3 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO

O IFMS possui o Plano de Capacitação Institucional, que tem por objetivo melhorar o desempenho das equipes de trabalho, oportunizando desenvolvimento profissional e pessoal por meio da aprendizagem de novas habilidades, aprimoramento e otimização do trabalho realizado.

As trilhas de aprendizagem são baseadas nas seguintes linhas de desenvolvimento:

- I. Iniciação ao serviço público;
- II. Formação geral;
- III. Educação formal;
- IV. Gestão;
- V. Inter-relação entre ambientes; e
- VI. Específica.

Sendo assim, os docentes do IFMS podem realizar cursos das seguintes Trilhas:

Trilha Ambientação – Programa de Recepção de Docentes, que contempla a linha de desenvolvimento I (iniciação ao serviço público);



Trilha Geral, que contempla a linha de desenvolvimento II (formação geral);

Trilha Específica destinada à Pró-Reitoria de Ensino e Pós-Graduação, a qual os docentes do IFMS estão diretamente vinculados;

Trilha de Gestão, que contempla a linha de desenvolvimento IV – aos docentes em cargo de gestão (coordenadores de curso, coordenadores de ensino, diretores, pró-reitores etc.).

É necessário aos docentes, em um interstício de 18 meses, o cumprimento mínimo de um curso da Trilha Geral e Específica; e aos cargos de chefia, deve ser aditado um curso da Trilha de Gestão.

Além das trilhas de aprendizagem, o Plano observa a linha de desenvolvimento III - educação formal, que visa ações que contemplem os diversos níveis de educação formal, por meio de incentivo, divulgação de cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado), considerando a realidade dos servidores do IFMS (nível de escolaridade – médio, superior).

Aos docentes ocupantes de cargo efetivo, matriculados regularmente, como aluno regular ou especial, em curso de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, poderá ter disponibilidade de até 10% da sua jornada semanal, sendo considerada como horário capacitação, sem a necessidade de compensação, desde que a pós-graduação seja na área de sua atuação e no estrito interesse da instituição.

Ainda, conforme legislação, para cursar pós-graduação *stricto sensu*, há a possibilidade de solicitação de afastamento, havendo regras internas que estão sendo definidas pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

4.10.1.4 PLANO DE CARREIRA

A carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico foi criada em 2008 pela Lei nº 11.784/2008. A carreira é composta de classes e níveis, com acesso às classes vinculadas à titulação acadêmica e à mudança de níveis relacionados ao desempenho acadêmico.



QUADRO 6 Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

CARGO	CLASSE	NÍVEL
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Titular	1
	D IV	4
		3
		2
		1
	D III	4
		3
		2
		1
	D II	2
		1
	D I	2
		1

QUADRO 7 Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

CARGO	NÍVEL
Professor Titular-Livre	Único



QUADRO 8 Correlação do plano de carreiras e cargos do magistério federal/2013

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	NÍVEL	CLASSE	CARREIRA
			1	Titular	
Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008	D V	3	4	D IV	Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
		2	3		
		1	2		
	D IV	S	1	D III	
	D III	4	4		
		3	3		
		2	2		
	D II	1	1	D II	
		4	2		
		3	1		
		2			
	D I	1	2	D I	
		4			
		3	1		
		2			

Fonte: Lei nº 12.863, 24 de setembro de 2013

4.10.1.5 REGIME DE TRABALHO

O regime de trabalho dos docentes também é definido em lei, podendo ser de tempo parcial (20 horas), tempo integral (40 horas) com Dedicção Exclusiva (DE). No caso do DE, o docente fica impedido de exercer outra atividade remunerada, pública ou privada.

4.10.1.6 COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)

A Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD do IFMS é um órgão de assessoramento ao dirigente máximo da instituição para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, conforme a Lei nº. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, no que diz respeito a:



- I. dimensionamento da alocação de vagas de docentes nas unidades acadêmicas;
- II. contratação e admissão de professores efetivos e substitutos;
- III. alteração do regime de trabalho de docente;
- IV. avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional;
- V. solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado; e
- VI. liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.

No âmbito do IFMS há uma CPPD em cada câmpus e na Reitoria, sendo compostas cada uma por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes com mandato de 02 (dois) anos, contados a partir do ato de posse, podendo reeleger-se por mais uma gestão, em período imediatamente subsequente.

A primeira composição da CPPD do IFMS ocorreu mediante a Portaria nº. 711/2013 instituída pelo então Reitor, prof. Marcus Aurélius Stier Serpe no ano de 2013. Esta Comissão exerceu um papel transitório até a realização do processo de escolha dos membros da CPPD definitiva nos câmpus e Reitoria.

Esse primeiro processo de escolha dos membros da CPPD pelos pares ocorreu em 23 de abril de 2014, sob a coordenação da CPPD Provisória, em colaboração com servidores da Coordenação de Gestão de Pessoas - Cogep de cada câmpus.

Cada CPPD contará com um servidor técnico-administrativo para secretariar a Comissão, indicado pela Direção-Geral ou pela Reitoria. A presidência da CPPD é definida entre os membros eleitos em cada câmpus e Reitoria.

As Comissões reunir-se-ão semanalmente para estudo ou deliberação das matérias colocadas em pauta. Quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação do Reitor/Dirge/Cogep, e em caráter excepcional, de relevante interesse, devidamente justificado, poderão os membros, em sua maioria absoluta, convocar reunião extraordinária.

O cronograma de reuniões ordinárias para os membros efetivos da CPPD será publicado pelo respectivo presidente, de maneira que os membros da Comissão possam ser liberados de todas as atividades pedagógicas ou administrativas da instituição nos



dias e horários de reuniões. O presidente da CPPD/Reitoria e da CPPD de cada câmpus se reunirão uma vez por mês na sede da Reitoria para trabalhos conjuntos constituindo uma Comissão Central. O presidente desta Comissão é escolhido pelos pares. O comparecimento às reuniões da CPPD é obrigatório.

4.10.1.7 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A seleção dos docentes para o quadro permanente do IFMS ocorre mediante concurso público, na forma da legislação vigente, devendo o candidato possuir a titulação mínima exigida no edital do certame, que regulamenta todo o processo de seleção.

4.10.1.8 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DE DOCENTES

A substituição temporária de professores efetivos é feita por meio de professores substitutos. A Lei nº 8.745/93 disciplina as hipóteses de contratação eventual, sendo que o contrato pode ter vigência máxima de dois anos. A seleção é regulamentada por edital público, constituindo-se em avaliar os candidatos por meio de prova escrita e prova de desempenho didático.

4.10.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.10.2.1 ESTRUTURAÇÃO

Os técnicos-administrativos do IFMS são integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Conforme o Art. 8º da Lei 11.901, de 12 de janeiro de 2005, os TAEs possuem como atribuições gerais, de acordo com o ambiente organizacional, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações: planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino, à pesquisa e à extensão; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros disponíveis, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O quadro de servidores técnico-administrativos do IFMS



foi de 181 servidores, em dezembro de 2013, distribuídos nos sete câmpus em funcionamento e na Reitoria.

4.10.2.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO

Com o objetivo de melhorar o desempenho dos técnicos-administrativos, oportunizando o desenvolvimento profissional e pessoal por meio da aprendizagem de novas habilidades, aprimoramento e otimização do trabalho realizado, o IFMS possui o Plano de Capacitação Institucional, elaborado em consonância com o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, que trata do Plano Anual de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e com a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, entre outras.

O Plano de Capacitação Institucional é composto por trilhas de aprendizagem, tendo por base as seis linhas de desenvolvimento do Decreto nº 5.825, sendo: I - iniciação ao serviço público; II - formação geral; III - educação formal; IV – gestão; V- inter-relação entre ambientes; e VI – específica. Considerando as necessidades institucionais e setoriais, os servidores são convocados a realizar cursos dentre as trilhas geral e específica. Sendo assim, os técnicos-administrativos do IFMS devem realizar cursos das seguintes Trilhas:

Trilha Ambientação – Ambientação de Novos Servidores, que contempla a linha de desenvolvimento I - iniciação ao serviço público;

Trilha Geral, que contempla a linha de desenvolvimento II – formação geral;

Trilha Específica, conforme a unidade a qual o servidor está vinculado, que contempla a linha de desenvolvimento VI – específica, destinada a cada Pró-Reitoria, Diretoria, Assessoria e Coordenação;

Trilha de Gestão, que contempla a linha de desenvolvimento IV – gestão, aos técnicos-administrativos em cargo de gestão (Coordenadores, Diretores, Pró-reitores, etc.). É necessário aos técnicos-administrativos, em um interstício de 18 meses, o cumprimento mínimo de um curso da Trilha Geral e Específica; e aos cargos de chefia,



deve ser aditado um curso da Trilha de Gestão. Além das trilhas de aprendizagem, o Plano observa a linha de desenvolvimento III - educação formal, que visa ações que contemplem os diversos níveis de educação formal, por meio de incentivo, divulgação de cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado), considerando a realidade dos servidores do IFMS (nível de escolaridade – médio e/ou superior).

Os técnicos-administrativos ocupantes de cargo efetivo, matriculados regularmente, como aluno regular ou especial, em curso de pós-graduação stricto sensu e lato sensu, poderão ter disponibilidade de até 10% da sua jornada semanal, sendo considerada como horário-capacitação, sem a necessidade de compensação, desde que a pós-graduação seja na área de sua atuação e no estrito interesse da instituição. Ainda, conforme legislação, para cursar pós-graduação stricto sensu, há a possibilidade de solicitação de afastamento, havendo regras internas que estão sendo definidas pela Comissão Interna de Supervisão (CIS).

4.10.2.3 PLANO DE CARREIRA E/OU CARGOS E SALÁRIOS

São regidos pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, Autarquias e das Fundações Públicas Federais, em conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e no Decreto nº 6.944/2009, bem como na Lei nº 11.091/2005.

Os cargos do Plano de Carreira são organizados em 5 (cinco) níveis de classificação, A, B, C, D e E, definidos a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições, sendo o quadro do IFMS composto pelos níveis C, D e E, com carga horária semanal de trabalho de 40h, exceto os cargos com jornada diferenciada prevista em lei, como de Jornalista (25h), Médico e Médico Veterinário (20h).

O ingresso nos cargos do plano de carreira far-se-á no padrão inicial do 1º (primeiro) nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas a escolaridade e experiência estabelecidas na Lei nº 11.091/2005.



4.10.2.4 COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO (CIS)

O IFMS contará com a Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Técnico-administrativos em Educação (CIS). A CIS é o órgão responsável por acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a implementação do Plano de Carreira dos servidores técnico-administrativos em educação do IFMS e a ela compete:

- I. acompanhar a implantação do Plano de Carreira em todas as etapas, bem como o trabalho da Comissão de Enquadramento;
- II. orientar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação;
- III. fiscalizar e avaliar a implementação do Plano de Carreira no âmbito do IFMS;
- IV. propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do Plano de Carreira;
- V. apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do IFMS e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas;
- VI. avaliar, anualmente, as propostas de lotação da instituição federal de ensino, conforme o inciso I do § 1º do Art. 24 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;
- VII. acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFMS proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram;
- VIII. examinar os casos omissos referentes ao Plano de Carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional de Supervisão.

4.10.3 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO

Há previsão de aumento do número de servidores do *Campus* Naviraí, de acordo com o número de códigos de vagas disponibilizados ao IFMS.



QUADRO 9 Previsão de aumento do número de servidores d *Campus Naviraí*

Servidor	Qtde	Ano
Docente – Informática/Desenvolvimento Web	1	2016
Assistente Social	1	2017
Contador	1	2017
Técnico de Tecnologia da Informação	1	2017
Assistente em Administração	3	2017
Auxiliar em Administração	2	2017
Docente – Biologia	1	2017
Docente – História	1	2017
Docente – Informática/Desenvolvimento Web	2	2017
Docente – Informática/Redes de Computadores	1	2017
Docente – Matemática	1	2017
Docente – Português	1	2017
Docente – Informática/Desenvolvimento Web	1	2018

4.11 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA – POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

As políticas educacionais adotadas pelo IFMS estimulam a democratização do acesso, permanência e êxito escolar, sendo concretizadas nos eixos socioeconômico, biopsicossocial, na formação humana e profissional.

Como programa de apoio pedagógico, podemos citar o estímulo à permanência dos discentes no contraturno, período em que os docentes, em horários pré-estabelecidos, estão à disposição dos estudantes realizando orientação educacional



básica, acompanhamento das dificuldades e do desempenho dos discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Em relação à organização estudantil, podemos citar a possibilidade de existência dos grêmios e centros acadêmicos, que são espaços para participação nos processos decisórios e convivência dos estudantes.

Também fazem parte do planejamento institucional ações de inserção dos discentes em programas de iniciação científica e de extensão, intensificando diálogos com órgãos de fomento para implementação de bolsas, bem como o fomento interno às ações de pesquisa e extensão por meio de edital.

Na dimensão socioeconômica, o IFMS oferece auxílios financeiros a estudantes em situação de vulnerabilidade social, a fim de suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.

Os auxílios são ofertados por meio de edital interno de seleção que estabelece critérios e condições para recebimento dos mesmos. Também é ofertado auxílio financeiro a estudantes para realização de viagens ou participação em eventos, desde que estejam previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Com relação a assistência estudantil as ações dos *campi* polarizam-se principalmente em duas ações: concessão de auxílio permanência aos estudantes e/ou concessão de auxílio transporte.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS conta também com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE um setor de natureza consultiva e executiva e está subordinado à Pró-Reitoria de Extensão do IFMS.

O Núcleo tem como finalidade definir normas de inclusão a serem praticadas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS, promover a cultura de convivência, respeito à diferença e buscar a superação de obstáculos arquitetônicos e atitudinais, de modo a garantir democraticamente a prática da inclusão social como diretriz na instituição.



4.12 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ao abordarmos as questões ambientais, é importante fazer considerações sobre a legislação brasileira relacionada ao meio ambiente. Nesse sentido, o Brasil é um dos países privilegiados em termos de legislação ambiental, a começar pela Constituição Brasileira de 1988 que dedica um capítulo especial às questões ligadas ao ambiente, determinando que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Além disso, no parágrafo primeiro, inciso VI, determina ao Poder Público, a incumbência de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Para implantar a política, foi criada a Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelecendo a obrigatoriedade da inserção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

Em síntese, as Diretrizes da Política Ambiental no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul *Campus Naviraí* considerará os princípios da sustentabilidade como eixo articulador de ações, a gestão ambiental participativa e a educação ambiental

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul *Campus Naviraí* tem a missão de “promover a educação profissional, científica e tecnológica por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos, comprometidos com a sustentabilidade socioambiental”.

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul promove uma ação institucional a Semana do Meio Ambiente, que ocorre em todos os *campi* no mês de maio desde 2011, no *Campus Naviraí* a Semana do Meio Ambiente teve sua primeira edição em 2015, sob a presidência do professor Wagner Antoniassi com o tema “Água:



Responsabilidade e sustentabilidade”. Em sua segunda edição a semana foi presidida pela professora Jozil dos Santos com o tema “IFMS e Comunidade: desafios e práticas para proteção ambiental”. O IFMS *Campus* Naviraí continuará promovendo nos próximos anos a Semana do Meio Ambiente propiciando assim uma interação entre a comunidade e o IFMS.

Ainda neste aspecto, é importante ressaltar o papel do IFMS no desenvolvimento, na preservação e na valorização do potencial Turístico da Região Cone Sul. Denominação dada pela indústria do Turismo, que inclui todo o sul e sudeste do estado, abrangendo 7 (sete) municípios: Eldorado, Iguatemi, Itaquirai, Japorã, Juti, Mundo Novo e Naviraí. É uma das 10 regiões turísticas oficiais deste estado.

Um dos destaques do turismo rural está na município de Naviraí, no o Assentamento Juncal, com oferecimento dos seus produtos hortifrutigranjeiros, área de lazer e passeio de caiaque. Há ainda várias Unidades de Conservação instaladas no interior do município: Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e o Parque Nacional de Ilha Grande (que conta com 18 ilhas localizadas no município). Além destes, destacam-se o Distrito de Porto Caiuá, situado às margens do Rio Paraná e com uma beleza cênica e cachoeiras exuberantes, destacando a riqueza do sítio arqueológico. Outra opção é o recurso turístico do complexo das Três Pontes, que liga o Estado de Mato Grosso do Sul ao Paraná, situado sobre o Rio Paraná.

O atrativo de maior destaque é o Parque Nacional de Ilha Grande, com bosques, cachoeiras, praia de água doce, pesca esportiva e a presença de quedas d’água coloridas pelos cardumes de peixes, gruta com fonte de água mineral. Também se destacam os museus e festas regionais entre elas as juninas.

O Turismo Náutico e o Ecoturismo a ser desenvolvido com sucesso, principalmente junto ao Parque Nacional de Ilha Grande junto ao Rio Paraná, onde estão localizado os municípios de Naviraí, Eldorado, Itaquirai e Mundo Novo. A criação deste Parque é o resultado e medida compensatória da construção da usina Hidrelétrica de Itaipu, tem como objetivo proteger os refúgios de espécies animais e vegetais do cerrado e da floresta nacional.

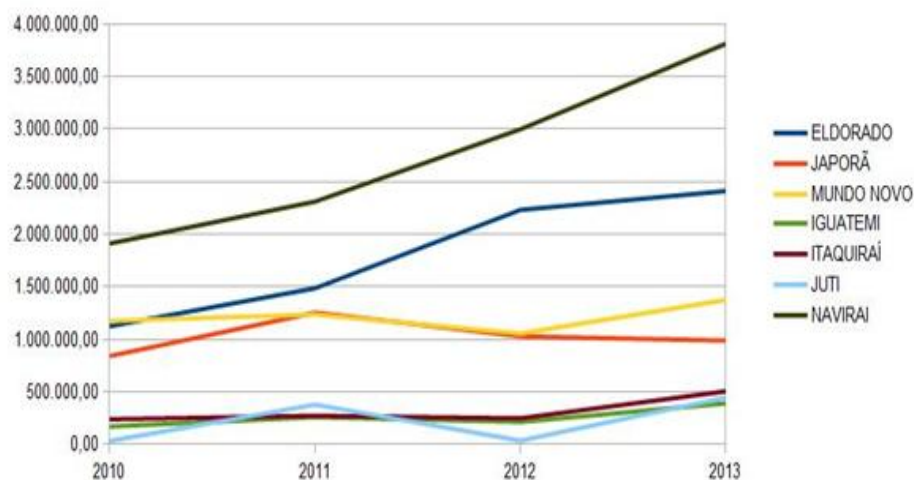
O município de Naviraí é o Polo do Cone Sul, um dos nove Polos Urbanos Regionais do estado de Mato Grosso do Sul, na microrregião (MRG-IBGE) de



Iguatemi e mesorregião do Sudoeste, a 355 km de Campo Grande. É um dos municípios pertencentes à Faixa de Fronteira (Ministério da Integração Nacional).

Na Região Cone sul, em relação aos impactos ambientais predominantes, observam-se assoreamento, queimadas, desmatamento e redução de pescado, na maioria dos Municípios. Em Naviraí e Eldorado constata-se, também, a poluição do ar e em Eldorado, ainda, a degradação de áreas legalmente preservadas (MATO GROSSO DO SUL, 2013b). A Região possui programas que buscam a diminuição de tais impactos, tais como, conferência municipal de meio ambiente, ICMS ecológico, programas de gestão ambiental, sendo que em Naviraí também se observam aterros sanitários, tratamento de esgoto doméstico e licenciamento ambiental. Os dados referentes ao ICMS Ecológico indicam que está havendo aumento significativo desse índice, refletindo resultados positivos referentes à mitigação e controle dos impactos existentes conforme mostra a figura 32.

FIGURA 32: Evolução do ICMS Ecológico dos municípios da região do Cone Sul-MS.



Fonte: IBGE

4.13 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Política de Educação no Campo juntamente com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA criados a partir do Decreto de nº 7.532, de 4 de novembro de 2010, reforça a necessidade da valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como



flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

O grande passo e de importância significativa para a educação no campo e sua inclusão na agenda política educacional talvez tenha sido a inserção na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 em seu artigo 28, que trata da forma de estruturação e adequação do sistema de ensino as peculiaridades da vida no espaço rural. A resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, estabeleceu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo. Importante registrar que as Diretrizes possibilitaram a elaboração de propostas pedagógicas que valorizem, a diversidade cultural, a gestão democrática e o acesso aos avanços científicos e tecnológicos no ensino, bem como, suas respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida da população.

A Lei de criação (11.892, de 29/12/2008), dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, institui que uma das finalidades e características destas instituições é a de orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Além disso, a estrutura *multicampi* dos institutos, aliada a sua missão, junto com a clara definição do seu território de abrangência, reforçam o compromisso da intervenção nas regiões, com a identificação dos problemas e criação de soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

A Educação do Campo representa o compromisso com uma política que possibilite o acesso ao conhecimento dos povos que vivem no campo junto a uma educação que conduza a emancipação deste segmento da população ofertando uma educação que valorize o espaço rural, fazendo uso das ações coletivas com a comunidade escolar numa perspectiva de qualificar o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, nos últimos anos a educação no campo tem conquistado relevante espaço nos projetos a nível municipal, estadual e principalmente federal, auxiliando ainda mais no processo de valorização do espaço rural como local de conhecimento, cultura, vivência e construção de novas possibilidades e não somente como um lugar para trabalho.



4.14 POLÍTICAS DE ACESSO - AÇÕES AFIRMATIVAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, cumpre as políticas de acesso e as ações afirmativas previstas no Estatuto e Regimento Geral, de acordo com as atribuições da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe do ingresso nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e no Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Bem como, as Portarias Normativas/MEC nº 18 de 11/10/2012 e nº 21 de 5/11/2012, que dispõem, respectivamente, sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012, e sobre o Sistema de Seleção Unificada -Sisu.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS possui ainda o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE. O Núcleo tem como finalidade definir normas de inclusão a serem praticadas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS, promover a cultura de convivência, respeito à diferença e buscar a superação de obstáculos arquitetônicos e atitudinais, de modo a garantir democraticamente a prática da inclusão social como diretriz na instituição.

4.15 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância apresenta-se hoje como uma estratégia essencial na democratização do acesso ao conhecimento. Articulada à educação profissional, visa proporcionar ao cidadão a sua inserção, de forma mais rápida, às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade.

O mundo do trabalho exige profissionais cada vez mais aptos e qualificados para atender às novas exigências. Nesse contexto, a educação a distância é verificada como metodologia aliada a esse processo. Estimulados pela democratização de acesso e pelas constantes atualizações profissionais em função da telemática, a educação a distância amplia-se notoriamente no mundo e no Brasil, permitindo que pessoas e



instituições a utilizem como mais uma possibilidade para gerar e buscar maiores conhecimentos.

O governo, em todas as suas esferas, vem utilizando a educação a distância como ferramenta educacional, com a finalidade de atender inúmeros segmentos populacionais, com vistas à diminuição da exclusão social, objetivando atender a um grande número de pessoas que, por diversos motivos, não puderam frequentar os ambientes tradicionais de ensino.

Corroborando com as propostas do Governo Federal e considerando o expressivo número de sul-mato-grossenses com dificuldades de acesso à escola pública de qualidade, o IFMS, vislumbrando a utilização de novas propostas pedagógicas, deu início às atividades da Educação a distância em setembro de 2010, praticamente junto com o início das atividades com a oferta de cursos presenciais dos 7 primeiros *campus* em Mato Grosso do Sul, que se deu em fevereiro de 2011, exceto o *Campus* Nova Andradina iniciou em março de 2010.

Por meio dos cursos a distância, o estudante tem a oportunidade de se relacionar com professores, outros colegas e ampliar seu leque de relacionamentos, assim como melhorar suas expectativas pessoais e laborais e, simultaneamente o seu aprendizado, aplicando o conhecimento adquirido em suas aulas no próprio ambiente de trabalho.

Perante esta nova sociedade, caracterizada pelos grandes avanços proporcionados pela ciência e mídia eletrônica, com vínculo cada vez maior ao processo produtivo, o IFMS vem oferecendo a qualificação e requalificação por meio da educação a distância, visando contribuir com a população sul-mato-grossense, no que diz respeito ao ingresso e qualificação do cidadão no mundo do trabalho, com vistas a uma vida mais digna e acesso a educação de qualidade e gratuita nos municípios em que atua.

Em 2014, por meio da parceria com o IFPR, o IFMS conta com 26 pólos de Educação a Distância, atendendo a 21 municípios com 130 turmas e um total de 4.853 estudantes. As teleaulas são realizadas nos estúdios e transmitidas via satélite para todos os Polos de Educação a Distância, contando com as seguintes ferramentas:

O ambiente virtual de ensino e aprendizagem (Avea) Moodle utilizado no IFMS, auxilia no aprendizado e na comunicação dos coordenadores, professores,



tutores a distância e alunos. A comunicação síncrona ocorre por meio das salas de bate-papo disponível no ambiente de aprendizagem.

A trilha de aprendizagem do Avea faz com que o aluno navegue em um ambiente virtual de aprendizagem organizado pedagogicamente, proporcionando facilidade para localização de informações, como também incentiva o professor a complementar os conteúdos estudados, por meio de indicações de artigos, textos e vídeos e estimula a criação de livros digitais, objeto de aprendizagem com animações interativas.

Os professores da EaD postam suas atividades no Avea, havendo somente o contato via chat e fórum com os estudantes. Em cada polo de apoio presencial, o tutor presencial se faz presente para repassar informações aos estudantes e fornece apoio ao professor EaD.

Os tutores presenciais são considerados responsáveis pelos polos de apoio e, por estarem em contato direto com o estudante, orientam as atividades, lançam presenças, aplicam provas, corrigem e lançam as notas.

Atualmente, existe uma visão de aniquilamento da distância, pois a educação pode atingir todos os indivíduos, a qualquer tempo e em qualquer posicionamento. A educação a distância passa a ser uma educação sem limites.

Uma questão notável é a possibilidade de se atingir maior área física. Com a Educação a Distância, o IFMS não fica restrito somente a locais pré-determinados e horários definidos, mas consegue também alcançar pessoas que não podem manter frequência escolar regular em horários regulares, chegando a municípios que até então não havia disponibilidade de cursos para formação profissional ou aprimoramento.

De acordo com a Resolução nº 1, de 11 de março de 2016 do Conselho Nacional de Educação - Câmara do Conselho Superior estabelece diretrizes e normas para as ofertas de programas e cursos de Educação Superior na modalidade a distância, assim sendo as instituições ofertantes destes programas e cursos deverão se encaixar obedecendo às normas previstas como no capítulo I prevê: Contextualização da IES; contextualização do curso; estrutura e organização curricular, metodologia das atividades acadêmicas e de avaliação de cada curso; perfil educacional dos profissionais da educação (professor, gestor, tutor), técnicos, perfil do egresso; modelos



tecnológicos e digitais, materializados em ambiente virtual multimídia interativo, adotados pela IES, em consonância com os referenciais de qualidade da EaD e respectivas Diretrizes e Normas Nacionais, de forma que favoreçam, ainda, maior articulação e efetiva interação e complementariedade entre a presencialidade e a virtualidade "real", o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos ensino e aprendizagem; infraestrutura física e tecnológica e recursos humanos dos polos de EaD, em território nacional e no exterior, tecnologias e seus indicadores; abrangência das atividades de ensino, extensão e pesquisa; e relato institucional e relatórios de auto avaliação.

O Capítulo I da Resolução ainda prescreve que as IES que fomentarem ou financiarem a educação superior à distância deverão assegurar a criação, a disponibilização, o uso e a gestão de tecnologias e recursos educacionais abertos, por meio de licenças livres, que facilitem o uso, a revisão, a tradução, a adaptação, a recombinação, a distribuição e o compartilhamento gratuito pelo cidadão, resguardados os direitos autorais pertinentes.

Na resolução o Capítulo II prevê que as IES que atuarem na modalidade de EaD respeitem a legislação em vigor e as presentes Diretrizes e Normas Nacionais, e respondam pela organização acadêmica execução e gestão de seus cursos; pela definição dos currículos, metodologias e elaboração de material didático; pela orientação acadêmica dos processos pedagógicos; pelos sistemas de acompanhamento e da avaliação da aprendizagem, assim como pela formação e gestão dos profissionais da educação (professor, gestor e tutor), técnicos, em sua sede e polos de EaD. As tecnologias, as metodologias e os recursos educacionais, materializados em ambiente virtual multimídia interativo, inclusive materiais didáticos, bem como os sistemas de acompanhamento e de avaliação de aprendizagem, sejam elementos constitutivos dos cursos superiores na modalidade EaD, sendo obrigatória sua previsão e detalhamento nos documentos institucionais e acadêmicos, constantes do § 1º, do art. 2º, respeitadas, as condições materiais instaladas na sede e no(s) polo(s) de EaD. Cabe à IES credenciada assegurar a todos os estudantes matriculados, corpo docente, tutor e gestor, o acesso às tecnologias e aos recursos educacionais do curso, respeitadas as condições de acessibilidade definidas na legislação pertinente. E que os sistemas de



acompanhamento e avaliação da aprendizagem devem ser contínuos e efetivos, visando a propiciar, a partir da garantia de condições adequadas, o desenvolvimento e a autonomia do estudante no processo de ensino e aprendizagem. Respeitados os respectivos projetos institucionais e pedagógicos, as tecnologias, as metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância devem favorecer a integração de diferentes mídias, suportes e linguagens, bem como a interação entre múltiplos atores em sua concepção, produção e disseminação. Sobre a definição do uso das tecnologias pretendidas e adotadas pela IES (internet, rádio, transmissões via satélite, entre outros) devem estar em consonância com a realidade da sede e do(s) polo(s) de EaD. Em atendimento à Dimensão 3 (três) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tanto a sede como o(s) polo(s) devem demonstrar responsabilidade social e comprometimento com o desenvolvimento regional e com o atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais na oferta de ensino, pesquisa e extensão.

Mediante o Capítulo III da Resolução prescreve que a sede da IES responda administrativa e financeiramente pela organização do conjunto das ações e atividades de programas e cursos de EaD e o Inep realizará a avaliação in loco. Os polos de EaD poderão abrigar atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com o PPI e PDI de cada instituição e com o PPC de cada curso. As IES podem ter regime de parceria com outras IES ressalvadas as peculiaridades da UAB.

No Capítulo IV do documento ainda tem-se sobre os profissionais da EaD que devem ter formação condizente com a legislação vigente e preparação específica para atuarem nesta área. E no Capítulo V da Resolução prevê também o credenciamento e credenciamento de cursos superiores na modalidade a distância: ato autorizativo de credenciamento para educação superior; formulário eletrônico de PDI, no qual deverão ser informados os polos de EaD de apoio presencial, acompanhados dos elementos necessários à comprovação de estrutura física, tecnológica e de recursos humanos adequados e suficientes à oferta de cursos na modalidade a distância, conforme os requisitos fixados pelo Decreto nº 5.622, de 2005, e pelos referenciais de qualidade próprios.

Para a EaD ainda é preciso que nossa instituição se atenha aos princípios normalizadores da Nota Técnica DAES/INEP nº 008/2015, a qual prescreve algumas



alterações sobre a Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades: presencial e a distância, do Sistema de Avaliação da Educação Superior. Seguindo esta normativa podemos ter os indicadores do instrumento para que a EaD no IFMS *campus* Naviraí esteja satisfatoriamente regulamentada dentro dos parâmetros vigentes para a Educação Superior a distância.

Contudo, podemos dizer que com as novas regulamentações acerca da Educação a distância é possível mostrar que esta modalidade de ensino é seria e pode ser tão eficiente e/ou eficaz quanto a educação presencial e para que isto se torne realidade no Mato Grosso do Sul o IFMS *campus* Naviraí fará o possível para ampliação desta modalidade na região sul do estado.

4.16 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação é uma ferramenta de gestão que auxilia a administração a conhecer as potencialidades e as carências da instituição, subsidiando a tomada de decisão visando a melhoria e manutenção da qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Para realizar o acompanhamento periódico do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, são utilizados mecanismos formais e informais, periódicos e diários, a saber:

- autoavaliação institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- avaliação interna e externa, acompanhando a elaboração dos instrumentos, sua aplicação, avaliação dos resultados para a reorientação das ações do IFMS;
- ferramentas de gestão para acompanhamento das obras;
- sistematização das atividades do ensino para acompanhamento das elaborações dos projetos de cursos, regulamentos e calendários;
- avaliação docente pelo discente em cada semestre letivo;
- avaliação funcional de docentes e técnico-administrativos.



A avaliação institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES - Lei nº 10.861/2004). O SINAES estabelece as ferramentas para autoavaliação institucional, e tem como objetivos a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, entre outras.

A avaliação institucional é realizada com base nos cinco eixos do SINAES e nos seus respectivos indicadores, conforme Nota Técnica CGACGIES/DAES/INEP/MEC nº 14/2014, como segue:

QUADRO 10: Eixos da Avaliação Institucional do SINAES

EIXOS	Credenciamento	Rede credenciamento e Credenciamento para Mudança de Organização Administrativa	Número de indicadores
1 Planejamento e Avaliação Institucional	10	10	5
2 Desenvolvimento Institucional	20	20	9
3 Políticas Acadêmicas	20	30	13
4 Políticas de Gestão	20	20	8
5 Infraestrutura	30	20	16
TOTAL	100	100	51



Para garantir a participação da comunidade na autoavaliação institucional são realizadas as seguintes ações:

- a) reuniões ou debates de sensibilização;
- b) sistematização de demandas/ideias/sugestões oriundas dessas reuniões;
- c) seminários internos para apresentação do Sinaes, apresentação da proposta do processo de avaliação interna da IES, discussões internas e apresentação das sistematização dos resultados e outros;
- d) composição de grupos de trabalho, atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica (avaliação de egressos e/ou dos docentes; estudo de evasão etc.);
- e) elaboração de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais (Focus Group) e outros;
- f) definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- g) definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, docentes e técnicos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa e outros;
- h) definição de formato de relatório de autoavaliação; definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- i) elaboração de relatórios; e
- j) organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

Ainda há reuniões periódicas com os setores da instituição, para coleta de sugestões, sistematização e elaboração de metas, além da participação efetiva nos Conselhos especializados e na Avaliação do Docente pelo Discente.

De acordo a Portaria nº 821, de 24 de agosto de 2009, Art. 6º, as Instituições devem postar os relatórios de autoavaliação institucional no sistema e-MEC até o dia 31 de março de cada ano.

Sobrinho (2000, p. 61) afirma que “a avaliação institucional não é instrumento de medida de atividades de indivíduos isolados, nem de trabalhos deslocados de seus meios de produção; não é mecanismo para exposição pública de fragilidades ou



ineficiência de profissionais individualizados. Não se trata apenas de conhecer o estado da arte, mas também de construir”.

O processo não se resume somente a uma avaliação quantitativa, onde são apresentados apenas os resultados através de tabelas e estatísticas supostamente indiscutíveis. Consiste, essencialmente, na atribuição de significado e emissão de juízos de valor sobre a práxis desenvolvida no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. A implementação de sistemas de autoavaliação é considerada de fundamental importância para o crescimento institucional, sendo os resultados essenciais para o delineamento de vários aspectos relacionados com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por meio do relatório a Gestão toma conhecimento dos aspectos positivos e negativos, bem como contribui para identificar as potencialidades e fragilidades da instituição. A partir da análise são feitas propostas de melhorias indicadas no relatório.

Além da autoavaliação institucional, é realizada a Avaliação de Desempenho. Na Avaliação de Desempenho, os servidores são avaliados por sua respectiva chefia e as chefias também são avaliadas pelos servidores. No caso dos docentes, também há a avaliação docente pelo discente, através da qual os estudantes avaliam seus professores quanto a diferentes aspectos relacionados, exclusivamente, à prática docente. A avaliação de desempenho tem como objetivo, além de possibilitar o feedback entre servidor e chefia, a progressão funcional dos servidores.

Os resultados da Avaliação de Desempenho realizada pela chefia, em particular, com cada servidor e do servidor em relação à chefia, são mantidos em sigilo junto à pasta funcional, sendo os resultados observados fundamentais para a efetivação dos servidores após o cumprimento do estágio probatório. A avaliação do docente pelo discente é realizada no IFMS ao final de cada semestre letivo, e, a seguir, são apresentados os resultados observados em todas as turmas avaliadas em todos os *campi*.

Os resultados observados na avaliação do docente pelo discente são avaliados pelo Pedagogo lotado no Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional e repassados, em particular, ao docente. Os resultados permitem a reflexão das práticas adotadas com base no desempenho individual obtido, além da análise dos comentários postados pelos discentes. Tais resultados têm sido utilizados pela Pró-Reitoria de Ensino e Pós-Graduação para a definição de estratégias que possam contribuir para a obtenção de



melhores resultados nos itens onde os menores percentuais de desempenho médio foram observados. Nos dez *campus* do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) trabalhará na implementação de um sistema global de autoavaliação que contemple não somente aspectos relacionados ao desempenho dos servidores, mas sim, em nível de organização como um todo.

No IFMS, a autoavaliação institucional teve início no ano de 2013, com a instauração da Comissão Própria de Avaliação (CPA) Central, e, no mês de abril de 2014, foi aprovado o regulamento da CPA e, com isso, iniciou a implantação das CPAs locais nos câmpus. A CPA é um órgão colegiado, formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica, e tem como atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Ainda, visando dar continuidade aos processos de avaliação institucional, serão realizadas reuniões pedagógicas, administrativas e estudantis nas diferentes esferas e Conselhos, buscando o constante aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e discussão de resultados. Também a CPA terá atuação importante nesse acompanhamento. Os relatórios e os resultados servirão de referência para a atualização do PDI e embasamento nos processos de gestão administrativa e de ensino, pesquisa e extensão, em todas as modalidades de ensino ofertadas no IFMS.

4.17 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

Para ingresso nos cursos técnicos presenciais do IFMS, os estudantes passam por processo seletivo denominado Exame de Seleção. Para os cursos técnicos subsequentes na modalidade a distância, é realizado sorteio. No caso dos cursos superiores, o ingresso é pelo Sistema de Seleção Unificada – Sisu.

4.17.1 AUXÍLIO PERMANÊNCIA

O programa tem como objetivo incentivar o estudante em sua formação educacional, bem como apoiá-lo em sua permanência no IFMS, visando à redução dos índices de evasão escolar decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica.



Os estudantes contemplados, mediante critérios estabelecidos em edital, recebem benefício mensal durante o ano letivo. O Programa de Auxílio Permanência aos estudantes dos cursos técnicos integrados de nível médio, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e dos cursos superiores do IFMS concede auxílios financeiros mensais durante o período letivo, para estudantes de baixa renda dos cursos acima mencionados, conforme número de vagas previstas em edital.

4.17.2 PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFMS (Pitec) O programa tem por objetivo possibilitar aos estudantes dos cursos de nível médio e superior o desenvolvimento de competências e habilidades nas atividades de pesquisa científica e tecnológica. O Pitec prevê o financiamento de bolsas de iniciação científica e tecnológica ao discente por meio de edital específico podendo contemplar:

Bolsas de Iniciação Científica – Pibic. Bolsas com a finalidade de fomentar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico do IFMS, visando à participação de servidores, docentes e técnico-administrativos, e estudantes, para melhorar e consolidar a posição da Instituição junto à sociedade acadêmica e científica. Tem como objetivo o incentivo à formação de novos pesquisadores, capazes de desenvolver atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, privilegiando a participação ativa de estudantes em projetos de pesquisa, com orientação adequada por pesquisador qualificado.

Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas - Pibic-Af. Bolsas que objetivam despertar a vocação e desenvolver o pensamento científico do estudante de ensino médio técnico e de graduação beneficiário de políticas de ações afirmativas.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Pibiti. Bolsas que têm o objetivo contribuir para a formação e inserção de estudantes de ensino médio técnico e de graduação em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; e contribuir para a formação de recursos humanos que dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas da região dos *campus* do IFMS.



Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - Pibid. Bolsas que visam contribuir para o aumento das médias das escolas participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A ação atende ao plano de metas Compromisso Todos pela Educação, previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para elevar o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nacional para 6, até o ano 2022.

4.17.2.1 ESTÁGIO INTERNO

O estágio interno tem como objetivo complementar a formação acadêmica do estudante, possibilitando a integração entre teoria e prática, através de contato do mesmo com a vida profissional. Tem como papel proporcionar ao discente formação que facilite sua integração ao mercado de trabalho, não gerando vínculo empregatício de qualquer natureza e dar-se-á mediante a celebração de Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante e o IFMS e critérios definidos em edital.

4.17.2.2 VIAGENS DE ESTUDO

Viagens que visam proporcionar aos estudantes do IFMS a interação acadêmica entre a teoria e a prática. É o momento que o estudante vai às organizações e à comunidade conhecer a realidade e confrontar o conhecimento repassado pelas diversas disciplinas do curso. A viagem de estudo é uma atividade extracurricular relacionada com a formação acadêmica do corpo discente, que oportuniza o conhecimento prático em disciplina integrante do Currículo do Curso, devendo estar previstas no Plano de Ensino da disciplina e/ou no Plano de Atividades do docente. Para esta ação, o IFMS disponibiliza recurso para contratação de ônibus/micro-ônibus.

4.17.2.3 PARTICIPAÇÃO DISCENTE EM EVENTOS CIENTÍFICOS

Nos eventos científicos tem-se a finalidade de difundir os resultados das produções científicas, bem como viabilizar a abertura de horizontes de atuação profissional e de engajamento em pesquisas. Esta ação tem por objetivo viabilizar a participação efetiva de discentes do IFMS em eventos científicos regionais e nacionais,



incluindo congressos, simpósios, encontros, feiras, entre outros. Oferece transporte, bem como auxílio para estadia e alimentação a cada discente, de acordo com a Política de Assistência Estudantil do IFMS.

4.17.3 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA

Desde o início em 2011, os docentes dos *campus* possuem horários reservados aos estudantes para atendimento e esclarecimento das dúvidas e/ou dificuldades de entendimento do conteúdo – as Permanências.

O Atendimento ou Permanência de Estudantes pode ser utilizado para plantões de dúvidas, revisão de conteúdo, orientações de trabalhos acadêmicos, recuperação paralela de conteúdo e demais atividades que julgarem necessárias para auxílio extraclasse ao estudante. Uma vez que os docentes do IFMS tem regime de trabalho de Tempo Integral com ou sem Dedicção Exclusiva, parte de sua carga horária semanal é destinada ao atendimento ou permanência de estudante (PE). A carga horária para este fim será de no mínimo 02 horas semanais até 08 horas semanais, dependendo do número médio de aulas do docente, conforme as Diretrizes para Gestão das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFMS.

Os horários de atendimento ou Permanência de estudantes são divulgados por meios como murais, e-mails e redes sociais, além de serem informados em sala pelos docentes. O discente pode procurar qualquer docente da área de sua dúvida para sanar esta, sem precisar esperar necessariamente pelo docente que ministra a unidade curricular em questão. A quantidade de horários de atendimento reservadas para cada professor é definida pela gestão em conjunto com a coordenação de curso, levando em conta a carga horária de cada docente e a intensidade da procura. A avaliação da oferta e eficácia dos atendimentos no horário de permanência é feita junto à avaliação do docente pelo discente.

Cada câmpus possui uma equipe multidisciplinar para apoio às atividades administrativas e de ensino e/ou ao estudante. O Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional - Nured é subordinado à Direção-Geral (Dirge) dos câmpus, constituído por uma equipe com Psicólogo, Assistente Social e Pedagogo. Tem como objetivos planejar e implementar ações que promovam o desenvolvimento escolar e institucional



com eficiência, eficácia e efetividade. Atende às demandas institucionais de acordo com as atribuições específicas de cada cargo que compõe o núcleo, auxiliando os estudantes e servidores a identificar as dificuldades inerentes aos processos da instituição, assim como os aspectos biopsicossociais que interferiram no desenvolvimento institucional e pessoal.

Com a finalidade de possibilitar e garantir o acesso e permanência do estudante com necessidades educacionais específicas no IFMS, os câmpus possuem o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne). O Napne visa à implantação de ações de educação inclusiva, auxiliando na aprendizagem do estudante. Para isso, tem como meta o trabalho de captação de agentes formadores, orientação aos docentes e atendimento às famílias para encaminhamentos quando necessário.

As discentes gestantes, os portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados podem requerer regime domiciliar, conforme previsto no Regulamento Disciplinar Discente do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. O Regime Domiciliar assegura ao estudante visitas periódicas de servidores do IFMS para amparo educacional durante o período de afastamento.

O IFMS iniciou, no ano de 2013, o Programa de Acesso, Permanência e Êxito, do qual faz parte a Avaliação Diagnóstica dos Estudantes ingressantes nas unidades curriculares de Matemática e Língua Portuguesa. Por meio da avaliação, são organizados grupos de estudantes e definidas as oficinas de Matemática Integrada e Língua Portuguesa Integrada, abrangendo os conteúdos nos quais os estudantes apresentam dificuldades. A partir do Programa espera-se a redução da defasagem, da evasão e da retenção dos estudantes nos cursos técnicos ofertados pelo IFMS.

O Programa de Acesso, Permanência e Êxito tem o objetivo de contribuir para o êxito no processo de ensino e aprendizagem, além de minimizar os índices de evasão e reprovação escolar. Tal programa consiste em avaliação diagnóstica nas unidades curriculares de matemática e português, e aulas para estudos e recuperações das dificuldades ministradas em contraturno por docentes do IFMS.



4.17.4 DIAGNÓSTICO DA EVASÃO E RETENÇÃO

Em 2013 foi realizada uma pesquisa intitulada Diagnóstico de Evasão e Retenção, que objetivou diagnosticar as causas da retenção e da evasão nos cursos ofertados pelo IFMS, bem como identificar as medidas implementadas ou propostas para o enfrentamento das causas identificadas, com vistas à redução das taxas de retenção e evasão.

A pesquisa foi demandada pela Setec/MEC que encaminhou uma metodologia a ser adotada pela instituição, onde foram pesquisados discentes em curso e evadidos, docentes e gestores que atuam no ensino.

A partir do diagnóstico, o IFMS passou a traçar estratégias de ação e de acompanhamento mais direcionadas às questões que se configuram em obstáculos à permanência e ao êxito dos estudantes na instituição.

4.17.5 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DE PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL - PEIPEE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, compreendendo as múltiplas determinações de um processo social, compromete-se com sua função educacional de atender e buscar garantir a permanência e o êxito de seus estudantes, democratizando a formação humana e profissionalizante nos diversos níveis e modalidades de ensino. A evasão e a retenção tornam-se, sob tais pressupostos, objetos de análise e alavanca para o desenvolvimento da instituição na finalidade de garantir uma educação acessível e de qualidade.

Tem como objetivo geral elevar os índices de permanência e êxito dos estudantes, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertadas no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, por meio de um programa sistêmico de ações efetivas.

E como objetivos específicos:

- Acompanhar sistematicamente as ações que estão em andamento nos *campi*;



- Apoiar a implantação de ações preventivas e corretivas nos *campi* que disseminem a cultura de enfrentamento dos problemas relacionados ao baixo desempenho dos estudantes e à evasão nos cursos;
- Apoiar a formação continuada aos servidores com referência nos fatores identificados a fim de subsidiar as ações do Planejamento Estratégico Institucional de Permanência e Êxito - PEIPEE;
- Incitar o sentimento de pertencimento ao IFMS, apoiando a consolidação da identidade institucional;
- Promover a articulação da família dos estudantes com o IFMS;
- Elevar os índices de aprovação nas unidades curriculares e conclusão do curso dentro do prazo previsto para integralização;
- Implantar ações de intervenção sistêmica e institucional, para enfrentamento das situações relativas aos fatores mais recorrentes de evasão e retenção.

4.17.6 PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO DAS ASSISTENTES SOCIAIS E SEGURO

Acompanhamento a Casos Sociais: é realizada a identificação da necessidade e o encaminhamento, quando necessário, aos serviços de atendimento psicológico e de saúde da comunidade externa.

Orientação Social: orientação dos discentes sobre questões legislativas, previdenciárias, assistenciais e de saúde.

Seguro: oferecido aos estudantes com cobertura a invalidez e óbito.

4.17.7 FLEXIBILIDADES DOS COMPONENTES CURRICULARES

O perfil de formação do profissional egresso do IFMS nos diversos cursos oferecidos pela instituição está ancorado em uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos, em princípios contemporâneos de relacionamento interpessoal, comunicação oral, pensamento crítico e racional, capacidade para resolver problemas de ordem técnica, capacidade criativa e inovadora, capacidade de gestão e visão estratégica em operações dos diferentes campos de atuação.



Ao vislumbrar esse perfil final de formação, as diretrizes pedagógicas da instituição possibilitam aos seus estudantes o enriquecimento curricular por meio da matrícula e inserção em unidades curriculares que não pertencem à matriz curricular do curso em que está matriculado. Ou seja, possibilitando o desenvolvimento de sua autonomia, o educando, em formação, pode alargar a visão sobre seu campo profissional por meio da construção de um percurso de formação que vai além da previsão inicial presente no Projeto Pedagógico de Curso.

No decorrer do processo formativo, ao estudante, tanto dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional, nos cursos técnicos e dos cursos superiores, é possível a matrícula por unidade curricular e a este é possibilitado cursar unidades de enriquecimento curricular.

Além das experiências de pesquisa impulsionadas pelos editais internos e externos de fomento, a pesquisa está presente também na formação dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio por meio da realização de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e da unidade curricular Projeto Integrador.

O TCC fomentado pela unidade curricular Projeto Integrador em consonância com as oportunidades de iniciação científica vivenciadas ao longo do curso pode ser realizado em dupla de estudantes de um mesmo curso ou de cursos diferentes, numa perspectiva interdisciplinar do conhecimento, característica essa que encontra respaldo na perspectiva de que a aprendizagem se dá em relação social e o trabalho coletivo potencializa o aprendizado individual.

4.17.8 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO

Além das experiências de pesquisa impulsionadas pelos editais internos e externos de fomento, a pesquisa está presente também na formação dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio por meio da realização de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e da unidade curricular Projeto Integrador.



Como ação de valorização dos conhecimentos apropriados pelos estudantes por meios formais ou informais, podem ser indicados ao Exame de Suficiência os estudantes que demonstrarem extraordinário aproveitamento nos estudos, conforme período definido em Calendário.

A convalidação de unidades curriculares também é uma ação que possibilita uma forma diferenciada de integralização do currículo, consistindo no aproveitamento de conteúdos de unidades curriculares nas quais o estudante tenha sido aprovado, cursadas em outro currículo, curso ou instituição de ensino, no mesmo nível de ensino, desde que atendidas as condições expostas a seguir.

Os estudantes matriculados em cursos de graduação do IFMS poderão requerer convalidação de unidades curriculares quando cursaram:

- I. unidades curriculares em outros cursos superiores do IFMS, não simultâneas e anteriores ao período no qual o estudante está matriculado;
- II. unidades curriculares em cursos superiores de outra instituição, anteriormente ao ingresso no curso do IFMS;
- III. unidades curriculares em cursos superiores em outra instituição com a qual há acordo de mobilidade acadêmica.

Para os estudantes de cursos técnicos integrados poderá ser concedida a convalidação de unidades curriculares específicas da área profissional para o estudante que tenha concluído integral ou parcialmente cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, adotando-se os critérios presentes no Regulamento da Organização Didático- Pedagógica dos Cursos Técnicos Integrados.

Na modalidade Proeja, há a possibilidade de ser concedida a convalidação de qualquer unidade curricular do curso para o estudante que tenha concluído integral ou parcialmente cursos de Ensino Médio, de Educação Profissional ou não, adotando-se os critérios presentes no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos Integrados.

Caso o estudante necessite de maior tempo para integralização do seu curso, há a possibilidade de que ele amplie seu tempo de formação, observados os parâmetros dos regulamentos específicos.



4.17.9 ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIOS

Os estágios supervisionados e as atividades práticas integram os processos de ensino e aprendizagem no intuito de aproximar o estudante do cotidiano laboral e de situações reais, possibilitando vivências inerentes ao exercício da futura profissão, a partir do conhecimento construído no percurso de formação curricular.

O estágio no IFMS pode ocorrer em caráter obrigatório e não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do Projeto Pedagógico de Curso. O Estágio Obrigatório é requisito para aprovação e obtenção da diplomação/certificação. Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescido à carga horária regular e obrigatória.

O estágio de estudantes, em suas duas formas, é concebido como previsto na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o qual configura um ato educativo escolar realizado em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular.

Desse modo, o estágio faz parte do PPC com a finalidade de promover o aprendizado de conhecimentos próprios da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Assim, o estágio possibilita ao estudante: complementar o conhecimento adquirido no curso do IFMS a fim de facilitar sua entrada no mundo do trabalho; familiarizar-se social e psicologicamente à atividade profissional; orientar-se na escolha de sua especialização profissional; aperfeiçoar as relações sociais e interação profissional do estudante.

Com isso, o estágio constitui-se na interface entre a vida acadêmica e a vida profissional, dando continuidade ao processo de aprendizagem. Tal procedimento é planejado criteriosamente e envolve orientação, encaminhamento, supervisão e avaliação do estudante-estagiário.



4.17.10 DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Para subsidiar o processo de ensino e aprendizagem e aprimorar o trabalho docente, os professores do IFMS organizam os materiais pedagógicos que subsidiam o trabalho realizado com os estudantes.

O acompanhamento da produção de materiais didáticos constitui uma das atribuições do Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional – Nured visando ao fortalecimento dos processos de ensino e aprendizagem, bem como a formação continuada dos docentes.

No intuito de fomentar essa ação, incluindo sua extensão para as relações pedagógicas na educação a distância, o IFMS também prevê a oferta de cursos de elaboração de materiais para os cursos e unidades curriculares ofertados na modalidade Educação a Distância. Bem como, a criação no *campus* de Naviraí do Laboratório Pedagógico com Sala de Multimídia.

4.17.11 INCORPORAÇÕES DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Os avanços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) na oferta educacional são incorporados por meio da busca pela melhoria dos processos educativos e a formação continuada dos docentes.

Visando fomentar a formação continuada dos docentes e constituir um espaço de reflexão e produção de conhecimento acerca da educação profissional, o IFMS oferta o curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Conforme a Resolução CNE nº 06, de 20 de setembro de 2012, essa Especialização visa equivaler à Licenciatura para aqueles que atuam em cursos de Educação Profissional no âmbito da Educação Básica, na Instituição. Desse modo, as questões próprias da Educação Profissional são objetivo de estudos e debates entre os discentes desse curso, que também são servidores da Instituição.

4.17.12 POLÍTICAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O atendimento de orientação profissional é prestado aos egressos que se dirigem aos *campi* pela Coordenação de Extensão e Relações Institucionais (Coeri).



O acompanhamento de egressos é um mecanismo de singular importância para a formação continuada, a retroalimentação do currículo escolar e também para que o IFMS possa avaliar o desempenho de seus alunos e o seu próprio desempenho, na avaliação contínua da prática pedagógica do curso.

Desse modo, acredita-se que o acompanhamento de egressos poderá revelar dois pontos fundamentais: a) qual o impacto nas condições de trabalho e renda dos egressos; b) como o estudante avalia a sua formação e qual as suas expectativas de formação continuada. Assim, espera-se constituir em uma ferramenta e uma fonte de dados para a avaliação institucional do IFMS.

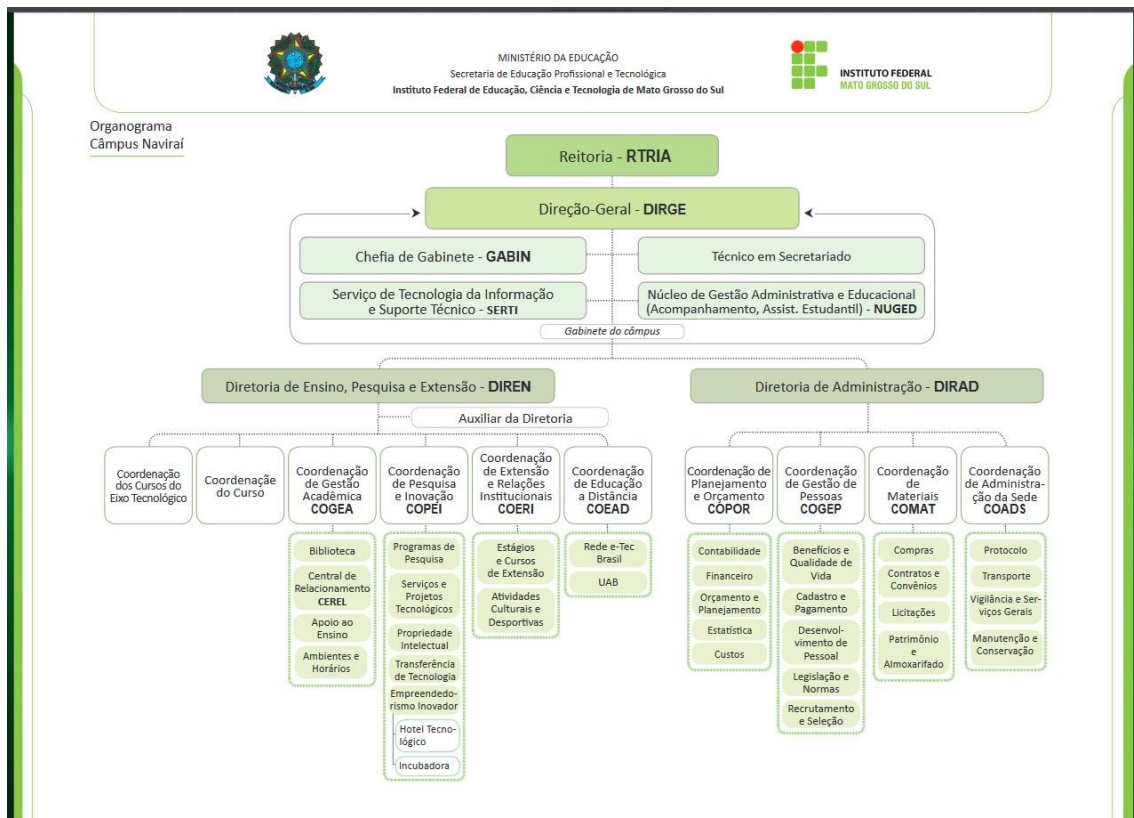
Para o acompanhamento dos egressos no IFMS serão adotadas as seguintes medidas:

- cadastro do egresso e de seu currículo no banco de dados da instituição;
- envio ao endereço eletrônico do egresso, com periodicidade, de informes de atualização e capacitação profissional;
- desenvolver formulário com questionário aplicado aos egressos avaliando o curso realizado e diagnosticando as principais dificuldades enfrentadas por estes no mundo do trabalho;
- cadastro atualizado das empresas parceiras e dos estudantes que concluem os cursos e ingressam no mundo de trabalho, possibilitando o acompanhamento dos egressos.

4.18 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INFRAESTRUTURA FÍSICA (SÍNTESE)

A estrutura organizacional do IFMS é representada graficamente por organogramas, os quais são discutidos no Colégio de Dirigentes e apresentados aos membros do Conselho Superior. Alguns setores ainda devem ser implantados. Bem como, os organogramas dos novos *campi*.

vejamos o organograma do *campus* Naviraí:



fonte: http://www.ifms.edu.br/wp-content/uploads/2013/10/org_navirai.pdf

O IFMS *campus* Naviraí encontra-se em sede provisória, no Centro Profissional de Educação Senador Ramez Tebet de acordo com o Termo de Cessão há 4 salas administrativas, 5 salas de aula de uso exclusivo, 1 laboratório de informática e os demais laboratórios e quadra poliesportiva de uso compartilhado.

O *campus* definitivo, que está em fase de construção, contará com a seguinte estrutura:



QUADRO 11: Estrutura do *Campus Naviraí*

Estrutura do <i>Campus Naviraí</i>		
Caracterização da Infraestrutura (m²)	Qtde	m²
Anfiteatro	1,00	116,32
Biblioteca	1,00	116,32
Cantina	1,00	16,30
Copa	1,00	8,67
Laboratório de informática	1,00	76,72
Salas de aula	8,00	517,37
Salas de setores administrativos	10,0	170,48
Sanitários	4,00	65,74

QUADRO 12: Áreas

Quadro de áreas (m₂)	
Área construída do prédio	1756,76
Quadra poliesportiva	1356,20
Guarita	26,50
Área total	3139,50

4.18.1 INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVAS: A SEREM ADQUIRIDOS

O *Campus Naviraí* do IFMS conta com vinte e dois computadores para o administrativo, onde é possível atender a todos os servidores técnicos administrativos, coordenadores do ensino, além da sala de professores. O mobiliário inicial para o setor administrativo, sala de professores e salas de aula está sendo composto com cessões de outros *campus* do IFMS. Projeta-se a aquisição de mobiliários e equipamentos para implantação dos laboratórios de física, química e biologia para o atendimento de turmas com 40 estudantes. Serão adquiridos aparelhos condicionadores de ar para os ambientes administrativos e salas de aulas, sistema de câmeras de vigilância, equipamentos de audiovisual e mobiliários e computadores para atendimento dos novos servidores empossados.



5. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO *CAMPUS* E DE CADA UM DE SEUS CURSOS

A implantação do *Campus* Naviraí do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul deu-se no segundo semestre de 2014, com a oferta do Curso de Formação Inicial e Continuada em Operador de Computador, além do Curso de Recepcionista, na modalidade Pronatec Mulheres Mil e os cursos de Inglês e Espanhol pelo e-Tec Idiomas.

O eixo de Informação e Comunicação foi escolhido para iniciar a implantação do *campus* por haver demanda na cidade e região de cursos nesta temática, além de exigir menores recursos e instalações, sendo necessários um laboratório com 40 computadores, um laboratório de Manutenção e Suporte em informática com aparelhagem e equipamentos necessários.

Atualmente, o IFMS está localizado no Centro de Educação Profissional Senador Ramez Tebet com cessão parcial do espaço. O laboratório de informática já foi adquirido e conta com 40 máquinas.

Para a sede definitiva, não há previsão de laboratórios básicos de química, física e biologia, e específicos de nenhum dos eixos temáticos do conhecimento. Há, portanto, a necessidade de construção de um bloco de laboratórios anexo ao bloco de ensino.

O PDI do *Campus* Naviraí prevê a oferta de cursos técnicos presenciais de Edificações e Açúcar e Alcool, dos eixos de Infraestrutura e Controle e Processos Industriais, respectivamente. Mas, com a implantação do *campus*, levantamento da demanda local e regional e por mudanças no cenário econômico brasileiro, estes dois cursos não serão ofertados.

Através de levantamento da demanda local, com auxílio da PRODI, reuniões com entidades públicas e privadas do eixo do agronegócio e levantamento com a comunidade acadêmica local, o eixo de Recursos Naturais é o mais viável para implantação ainda na vigência deste PDC.

Vale ressaltar que foram recebidos dois ofícios demandando cursos neste eixo, um da prefeitura municipal e outro da Cooperativa Agrícola Sul-Matogrossense -



COPASUL, ambos se dispondo a ajudarem na implantação, inclusive com doação de área e equipamentos necessários.

O agronegócio brasileiro é responsável por $\frac{1}{4}$ do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, além de $\frac{1}{3}$ dos empregos diretos e indiretos, sendo responsável pela manutenção do saldo da balança comercial positivo. Há demanda crescente no mundo do trabalho por profissionais qualificados.

QUADRO 13. Programação de oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada

Nome do curso	Eixo Tecnológico	Nº de estudantes / turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Ano/semestre previsto para início
Operador de Computador	Informação e Comunicação	30	1	noturno	2014/2
Operador de Computador	Informação e Comunicação	35	1	vespertino	2015/1
Operador de Computador	Informação e Comunicação	35	1	noturno	2015/2
Programador Web	Informação e Comunicação	35	1	vespertino	2015/2
Ag. de Desenv. Cooperativista	Gestão e Negócios	30	1	noturno	2015/2
Inglês Básico	Desenvolvimento Educacional e Social	35	1	noturno	2015/2
Inglês Básico	Desenvolvimento Educacional e Social	35	1	vespertino	2016/2
Espanhol Básico	Desenvolvimento Educacional e Social	35	1	vespertino	2016/2
Ag. de Desenv. Cooperativista	Gestão e Negócios	40	1	noturno	2016/2
Vendedor	Gestão e Negócios	40	1	noturno	2016/2



Contador de Histórias	Desenvolvimento Educacional e Social	40	1	noturno	2016/2
Contador de Histórias	Desenvolvimento Educacional e Social	40	1	noturno	2017/1
Auxiliar Técnico em Agropecuária	Recursos Naturais	40	1	Vespertino	2018/1
Outros cursos de acordo com a demanda	-	-	-	-	2017 e 2018

QUADRO 14. Programação de oferta de Cursos Técnicos Presenciais

Nome do curso	Eixo Tecnológico	Nº de estudantes / turma	Nº de turmas	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para início
Informática para Internet	Informação e Comunicação	80	2	matutino	2016
Técnico em Agricultura	Recursos Naturais	80	2	matutino	2017
Informática para Internet	Informação e Comunicação	80	2	matutino	2017
Técnico em Agricultura	Recursos Naturais	80	2	matutino	2018
Informática para Internet	Informação e Comunicação	80	2	matutino	2018

QUADRO 15. Programação de oferta de Cursos de Graduação

Nome do curso	Modalidade	Nº de estudantes por turma	Nº de turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a oferta
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Presencial	40	1	Noturno	Campus provisório	2016
Análise e Desenvolvimento	Presencial	40	1	Noturno	Campus provisório	2017



de Sistemas						
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Presencial	40	1	Noturno	<i>Campus</i> provisório	2018
Curso de Tecnologia no eixo de Recursos Naturais	Presencial	40	1	Noturno	<i>Campus</i> provisório	2018
Tecnologia em Gestão Pública	EAD	40	1	Noturno	<i>Campus</i> provisório	2018

6. REGULAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO *CAMPUS*

A organização didático-pedagógica dos cursos ofertados pelo IFMS está alicerçada sobre a premissa de que a educação é processo de humanização, por essa razão, os tempos e espaços nos quais são desenvolvidas as diferentes formas de educação profissional são pensados priorizando o protagonismo de seus sujeitos principais: educandos e educadores.

Essa perspectiva é expressa nos documentos que norteiam a organização da Educação Profissional, Científica e Tecnológica conforme suas diferentes formas. Cada oferta é contemplada em uma normatização própria, intitulada Regulamento da Organização Didático-Pedagógica, em consonância com os princípios gerais que norteiam todas as ações do IFMS.

As orientações e regras presentes nesses regulamentos específicos são atualizadas periodicamente, a cada quatro anos, a partir das contribuições dos *campi* por meio da manifestação de docentes, técnicos e gestores. Os Regulamentos da Organização Didático- Pedagógica dos cursos ofertados pelo IFMS são disponibilizados aos estudantes em meio físico e eletrônico quando do ingresso no curso, ou da atualização do documento.

Os regulamentos Didático-Pedagógicos do *campus* seguem os regulamentos gerais do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, tanto para cursos técnicos



integrados, subsequentes e graduação (disponível no site: <http://www.ifms.edu.br/leftsidebar/ifms/documentos-institucionais/ensino/>).

7. PERFIL DO CORPO SOCIAL

O corpo social atual do *Campus Naviraí* é formado por 15 (quinze) servidores docentes e 11 (onze) servidores técnicos administrativos, conforme tabela:

QUADRO 16: Perfil do corpo social Docentes

DOCENTES EFETIVOS	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
1. Afonso Henrique Silva Leite	Física	Mestre	DE
2. Aline Dessandre Duenha	Comunicação Social Artes Cênicas	Mestre	DE
3. André Carvalho Baida	Sociologia	Mestre	DE
4. Carlos Alberto Dettmer	Administração Agricultura e Zootecnia	Mestre	DE
5. Daniel da Silva Souza	Filosofia	Graduação	DE
6. Danilo Adriano Mikucki	Ciência da Computação	Graduação	DE
7. Fernando Firmino Messias	Geografia	Mestre	DE
8. Giselle Giovanna do Couto	Química	Doutora	DE
9. Ivânia Patricia Laguilio	Letras - Inglês	Mestre	DE
10. Jozil dos Santos	Letras - Espanhol	Especialista	DE
11. Laurentino Augusto Dantas	Processamento de Dados Direito	Mestre	DE
12. Matheus Bornelli de Castro	Engenharia Agrônômica	Doutor	DE
13. Tatiana Lagemann Dettmer	Matemática	Especialista	DE



14. Tiago Amaral Silva	Educação Física	Mestre	DE
15. Wagner Antoniassi	Ciência da Computação Matemática Ciências Biológicas	Especialista	DE

QUADRO 17: Perfil do corpo social Técnicos-Administrativos

TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EFETIVOS	CARGO	GRADUAÇÃO
1. Aline Alves da Silva	Assistente de Alunos	Zootecnia
2. Daniel Colman Sanabria	Assistente em Administração	Administração
3. Elizabeth Amara de Oliveira Lima	Pedagogo	Pedagogia
4. João Batista de Moraes	Assistente em Administração	Direito
5. Karine Matilde de Souza Teixeira	Pedagogo	Pedagogia
6. Kleyton Gonçalves Cruz	Assistente em Administração	Turismo
7. Lise Rossi Jones Lima	Administrador	Administração Turismo
8. Michell Martins Lopes	Técnico Audio Visual	Ensino Médio
9. Paula Renata Cameschi de Souza	Assistente em Administração	Administração
10. Ricardo de Carvalho	Assistente em Administração	Matemática
11. Willian Penante da Cruz	Psicólogo	Psicologia



Para a continuidade dos trabalhos há necessidade de concursos públicos para servidores docentes e técnicos administrativos. Por meio da previsão de abertura de turmas, a necessidade se dá de acordo com o quadro abaixo:

QUADRO 18: Previsão de servidores

Servidor	Qtde	Ano
Docente – Informática/Desenvolvimento Web	1	2016
Assistente Social	1	2017
Contador	1	2017
Técnico de Tecnologia da Informação	1	2017
Assistente em Administração	3	2017
Auxiliar em Administração	2	2017
Docente – Biologia	1	2017
Docente – História	1	2017
Docente – Informática/Desenvolvimento Web	2	2017
Docente – Informática/Redes de Computadores	1	2017
Docente – Matemática	1	2017
Docente – Português	1	2017
Docente – Informática/Desenvolvimento Web	1	2018

8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO *CAMPUS*

A Administração Pública tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Apoiado nestes princípios, o IFMS implementa sua gestão



administrativa a partir de uma estrutura organizacional que abraça o plano estratégico, as políticas, as diretrizes e o planejamento da instituição, definidos pela Reitoria, Pró-Reitorias e Direções dos *campus*, sempre com a anuência dos Conselhos especializados.

A implantação das decisões estabelecidas no nível estratégico, e que afetem diretamente os *campus*, está sob responsabilidade da Direção-Geral do *campus* e das suas Diretorias, assim como ao que tange ao operacional, à execução e ao acompanhamento das diretrizes da Instituição, e seguirão a hierarquia de acordo com o organograma de cada local.

Professores, técnicos-administrativos e estudantes podem participar ativamente de órgãos específicos que, sendo consultivos ou deliberativos, propiciam maior transparência às ações a nível de *campus* e de reitoria.

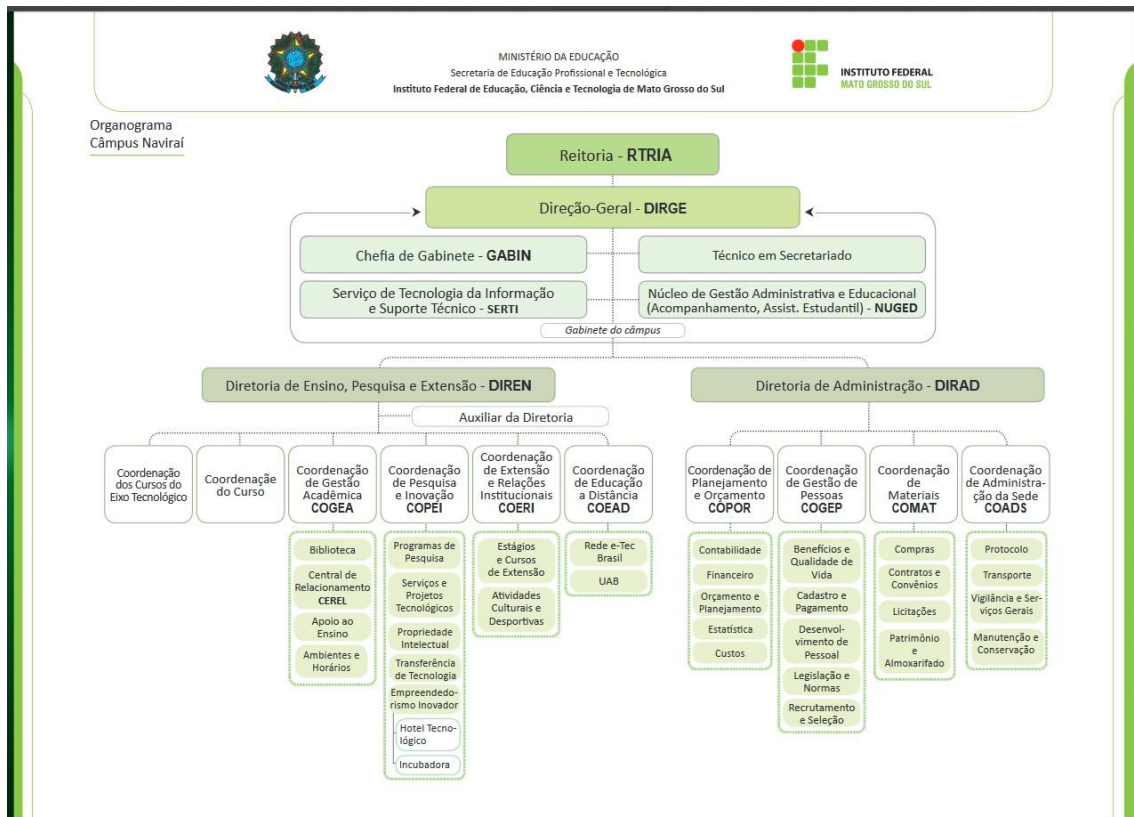
Para o *Campus* Naviraí está prevista a implantação de vários órgãos, a saber: Comissão Própria de Avaliação (CPA local), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Conselho de Gestão, Grêmio Estudantil, Núcleo Docente Estruturante (NDE de cada curso superior e técnico) e respectivo Colegiado de Curso, Núcleos de Estudos em assuntos específicos, entre outros. Importante ressaltar que a participação como membro é dada por indicação ou por eleição, garantindo compartilhamento de ideias e responsabilidades entre o maior número possível de servidores, estudantes e representantes da sociedade civil organizada.

Sobre a política de pessoal, a forma de ingresso dos servidores ocorre por meio de concurso público, para contratação de servidores efetivos, e por meio de processo seletivo simplificado, para contratação de pessoal temporário. A partir do ingresso, os servidores efetivos serão regidos pelo Regime Jurídico Único, estabelecido pela Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e desenvolverão na carreira de acordo com os Planos de Cargos e Carreira estabelecidos pelas leis 12.772/2012 (Docentes) e 11.091/2015 (técnicos-administrativos).

Quanto à capacitação e qualificação do pessoal, estas são estabelecidas por meio do Plano de Capacitação de servidores, elaborado anualmente pela Coordenação de desenvolvimento de pessoal da Diretoria de Gestão de Pessoas do IFMS, em conjunto com as coordenações de gestão de pessoas dos 10 *campi* do IFMS.



Quanto a estrutura de setores e funções, abaixo o organograma do *campus*:



9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

A infraestrutura física, em sede provisória no Centro de Educação Profissional Senador Ramez Tebet, conta com salas administrativas, cinco salas de aula e um laboratório de informática com 40 computadores de uso exclusivo do IFMS, além de espaços de uso compartilhado como quadra, outras salas de aula, laboratórios de biologia, física e química e ambientes administrativos.

A biblioteca dispõe 06 estações de estudo individual, 03 mesas redondas, 02 computadores conectados a internet, para pesquisas, além de 1100 livros em acervo bibliográfico, de títulos variados.

O *campus* definitivo, que está em fase de construção, contará com a seguinte estrutura:



QUADRO 19: Estrutura do *Campus Naviraí*

Estrutura do <i>Campus Naviraí</i>		
Caracterização da Infraestrutura (m²)	Qtde	M2
Anfiteatro	1,00	116,32
Biblioteca	1,00	116,32
Cantina	1,00	16,30
Copa	1,00	8,67
Laboratório de informática	1,00	76,72
Salas de aula	8,00	517,37
Salas de setores administrativos	10,0	170,48
Sanitários	4,00	65,74

QUADRO 19: Áreas

Quadro de áreas (m₂)	
Área construída do prédio	1756,76
Quadra poliesportiva	1356,20
Guarita	26,50
Área total	3139,50

Há, obviamente, uma necessidade de expansão da infraestrutura física do *campus Naviraí*, principalmente na construção de um novo bloco de ensino que contemple os laboratórios de biologia, física e química, além de laboratórios de informática e manutenção e suporte. A previsão de construção é 2018.

10. LABORATÓRIOS: INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EXISTENTES E A SEREM ADQUIRIDOS

O *Campus Naviraí* do IFMS conta com 1 laboratório de informática, com 40 computadores e 40 Mesas.

Para continuidade das ofertas de cursos de Formação Inicial e Continuada, Técnicos e Tecnológicos, são necessários prioritariamente os seguintes laboratórios e equipamentos:



QUADRO 20: equipamentos a serem adquiridos pelo *campus*

Ambientes	Requisitos	Prioridade
Laboratório de Biologia	Equipamentos para 40 estudantes	Necessário
Laboratório de Física	Equipamento para 40 estudantes	Necessário
Laboratório de Química	Equipamento para 40 estudantes	Necessário
Laboratórios de Informática	Máquinas e equipamentos para laboratório de informática e de manutenção e suporte de informática.	Necessário

11. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul possui o Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário previsto para o período de 2014 a 2018, com a meta de regulamentação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas em cada *campus*, aquisição de mais equipamentos específicos para acessibilidade, aquisição de materiais didáticos (software), elaboração, adequação e reprodução de material pedagógico de orientação para estudantes com necessidades educacionais específicas e a formação para acessibilidade aos servidores do quadro e à comunidade acadêmica.



Em relação à estrutura física, todos os *campi* foram projetados em observância ao Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nº 10.098/00 e nº 10.436/02, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, impulsionando uma política nacional de acessibilidade. Atualmente, encontramos-

Atualmente, o regulamento do NAPNE encontra-se aprovado considerando os seguintes documentos:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Declaração de Salamanca de junho de 1994;
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 1º, incisos II e III, Art. 3º, inciso IV, Art. 5º, Art. 205, Art. 206, inciso I, Art. 208, inciso III;
- Lei nº 7.853 de 24 de abril de 1989;
- Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990;
- Lei nº 9.394/1996, Art. 58, parágrafo 1º, Art. 59;
- Lei nº 10.048 de 8 de novembro de 2000;
- Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000; Lei nº 10.845 de 5 de março 2004;
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;
- Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999;
- Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004;
- Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009;
- Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011;
- Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011;
- Portaria MEC nº 1.793 de 27 de dezembro de 1994;
- Portaria MEC nº 3.284 de 7 de novembro de 2003;
- Aviso Circular nº 277 de 8 de maio de 1996;

Até o momento que este documento foi redigido não possuímos pessoas com necessidades educacionais específicas. Caso necessário, será atendido o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que dispõe que as instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de



tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

12. OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, SUA ABRANGÊNCIA E PÓLOS DE APOIO PRESENCIAL

O IFMS - *Campus* Naviraí iniciou sua oferta de ensino à distância em dezembro de 2014, com os cursos de Inglês e de Espanhol, no âmbito da Rede e-Tec Brasil.

Quanto a sua abrangência, o *campus* Naviraí EAD é composto por 07 (sete) pólos de apoio presencial, distribuídos em 07 (sete) municípios, tendo como sede o município de Naviraí e os demais pólos nos municípios de Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti e Mundo Novo.

Atualmente o *campus* conta apenas com a oferta do curso de Inglês, da Rede e-tec para o pólo de Naviraí, não havendo oferta para demais pólos, mas existe a previsão de abertura de novos cursos para o pólo de Naviraí e os outros pólos para os próximos anos.

QUADRO 21. Programação de oferta de Cursos EAD Rede e-tec

Nome do curso	Modalidade	Nº de estudantes por turma	Nº de turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a oferta
Inglês Básico	EAD	40	1	Vespertino	<i>Campus</i> provisório	2017-1
Espanhol Básico	EAD	40	1	Vespertino	<i>Campus</i> provisório	2017-1
Inglês Básico	EAD	40	1	Vespertino	<i>Campus</i> provisório/Naviraí	2017-2
Espanhol Básico	EAD	40	1	Vespertino	<i>Campus</i> provisório/Naviraí	2017-2



QUADRO 22. Programação de oferta de Cursos de Graduação EAD

Nome do curso	Modalidade de	Nº de estudantes por turma	Nº de turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a oferta
Tecnologia em Gestão Pública	EAD	40	1	Noturno	<i>Campus</i> provisório	2018

13. OFERTA DOS CURSOS E PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO

O *Campus* Naviraí do IFMS pretende ofertar cursos e programas de mestrado e doutorado porem até o final da vigência deste Plano de Desenvolvimento do *Campus*, ainda não será possível a oferta desses programas. Há uma única possibilidade por meio de parcerias com as instituições de ensino de Naviraí ou por parceria com outros *campi* do IFMS.

14. AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO *CAMPUS*

A avaliação institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES - Lei nº 10.861/2004). O SINAES estabelece as ferramentas para autoavaliação institucional, e tem como objetivos a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, entre outras.

A avaliação institucional é realizada com base nos cinco eixos do SINAES e nos seus respectivos indicadores, conforme Nota Técnica CGACGIES/DAES/INEP/MEC nº 14/2014, como segue:

Quadro 23: Eixos da Avaliação Institucional do SINAES

EIXOS	Credenciamento	Recredenciamento e Credenciamento para Mudança de	Número de indicadores
-------	----------------	---	-----------------------



		Organização Administrativa	
1 Planejamento e Avaliação Institucional	10	10	5
2 Desenvolvimento Institucional	20	20	9
3 Políticas Acadêmicas	20	30	13
4 Políticas de Gestão	20	20	8
5 Infraestrutura	30	20	16
TOTAL	100	100	51

No IFMS, a autoavaliação institucional teve início no ano de 2013, com a instauração da Comissão Própria de Avaliação (CPA) Central. No mês de abril de 2014, foi aprovado o regulamento da CPA, com isso, iniciou a implantação das CPAs locais nos *campus*. A CPA é um órgão colegiado, formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica, e tem como atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Ainda, visando dar continuidade aos processos de avaliação institucional, serão realizadas reuniões pedagógicas, administrativas e estudantis nas diferentes esferas e Conselhos, buscando o constante aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e discussão de resultados. Também a CPA terá atuação importante nesse



acompanhamento. Os relatórios e os resultados servirão de referência para a atualização do PDI e embasamento nos processos de gestão administrativa e de ensino, pesquisa e extensão, em todas as modalidades de ensino ofertadas no IFMS.

A autoavaliação é uma ferramenta imprescindível para auxílio do planejamento da gestão. No IFMS há, além das consultas realizadas pela gestão democrática, alguns instrumentos que sistematizam este processo. São eles: Autoavaliação institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA); Avaliação docente pelo discente em cada semestre letivo e Avaliação funcional de docentes e técnicos-administrativos - Avaliação de Desempenho.

14.1 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – AVALIAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

A avaliação de desempenho individual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) é aplicada aos servidores a cada 12 meses.

No Programa de Avaliação de Desempenho do IFMS, operacionalizado por meio de um sistema informatizado desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação, deverá ser realizada a autoavaliação do servidor/chefia, a avaliação do servidor/chefia pela chefia imediata/superior, a avaliação da chefia imediata/superior pelos seus subordinados, aos docentes há ainda a adição da avaliação pelos discentes e o resultado final será obtido por meio de média aritmética das avaliações.

Será introduzida a avaliação da equipe de trabalho, a partir da definição de objetivos e plano de trabalho, e, gradativamente, nos próximos ciclos, a avaliação pelos pares e a avaliação por clientes internos e externos, derivante da avaliação institucional, reproduzindo, assim, o denominado modelo de avaliação 360°.

14.2 AVALIAÇÃO DOCENTE PELO DISCENTE

A avaliação do docente pelo discente ocorre semestralmente na instituição e é organizado pelo NUGED. Atualmente, os alunos respondem a 12 questões sobre as seguintes temáticas:



- Pontualidade;
- Clareza de comunicação;
- Organização do ambiente;
- Metodologia de ensino;
- Apresentação do plano de ensino;
- Desenvolvimento do plano de ensino;
- Avaliação dos conteúdos;
- Apresentação dos resultados de avaliação;
- Integração do conhecimento;
- Esclarecimento de dúvidas;
- Permanência de estudantes;
- Mediação de conflitos.

As temáticas podem ser alteradas conforme a necessidade de aprimoramento do instrumento avaliativo. O resultado é repassado ao docente pelo seu chefe imediato, juntamente com uma das pedagogas, com o objetivo de discutir individualmente os pontos fortes e fracos de cada docente, buscando soluções que auxiliem no aprimoramento didático-pedagógico do professor. Esta avaliação também gera uma nota de 0 a 30 que é utilizada na avaliação de desempenho do docente.

14.3. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

A autoavaliação institucional teve início no ano de 2013, com a instauração da Comissão Própria de Avaliação (CPA) Central, e, no mês de abril de 2014, foi aprovado o regulamento da CPA, iniciando a implantação das CPAs locais em cada *campus*. A CPA é um órgão colegiado, formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica, e tem como atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

No *campus* a CPA é composta por um docente, um discente, uma representante da Sociedade Civil Organizada e um técnico-administrativo.



Anualmente a CPA se reúne para promover a avaliação interna, nesta todos os segmentos (alunos, administrativos e docentes) respondem a um questionário padrão, que respeita as dez dimensões Sinaes conforme relacionado abaixo:

1. Missão e PDI;
2. Políticas para ensino, pesquisa pós-graduação e extensão;
3. Responsabilidade social;
4. Comunicação com a sociedade;
5. Política de pessoal e carreira;
6. Organização da gestão;
7. Infraestrutura;
8. Planejamento e avaliação;
9. Atendimento discente;
10. Sustentabilidade financeira.

Estes dados são sistematizados e as informações são compiladas em um relatório final, contendo os pontos fortes e fracos de cada dimensão avaliada. Por fim, a comissão elabora uma listagem de possíveis ações para sanar as problemáticas e fortalecer os pontos necessários. Estas recomendações, descritas no relatório, são repassadas à gestão e contribuem para o planejamento das ações do ano seguinte.

O relatório também fica à disposição dos alunos e os resultados são divulgados em sala após a sistematização dos dados além da disponibilização pelo site do IFMS.

15. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E FINANCEIRA

O IFMS, autarquia vinculada ao MEC, é uma instituição pública de ensino profissional e tecnológico, de níveis médio e superior. Suas receitas orçamentárias são provenientes de transferências do Governo Federal e de receitas diretamente arrecadadas

Conforme Art. 4º do Decreto 7.746, de 05 de junho de 2012, são diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I. menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;



- II. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII. origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Além disso, a Instrução Normativa 10, de 05 de novembro de 2012, estabelece as seguintes terminologias:

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

- I. logística sustentável: processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
- II. critérios de sustentabilidade: parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;
- III. práticas de sustentabilidade: ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública;
- IV. práticas de racionalização: ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e contínua primazia na gestão dos processos;
- V. coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;
- VI. coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;
- VII. resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública;



- VIII. material de consumo: todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos;
- IX. material permanente: todos os bens e materiais que, em razão de sua utilização, não perdem sua identidade física, mesmo quando incorporados a outros bens, tendo durabilidade superior a dois anos;
- X. inventário físico financeiro: relação de materiais que compõem o estoque onde figuram a quantidade física e financeira, a descrição, e o valor do bem; e
- XI. compra compartilhada: contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento da ata de registro de preços serão de um órgão ou entidade da Administração Pública Federal.

O patrimônio do IFMS é constituído por:

- bens e direitos que compõem o patrimônio da Reitoria e de cada um dos *campus* que o integram;
- bens e direitos que vier a adquirir;
- doações ou legados que receber; e
- incorporações que resultem de serviços realizados.

Os bens e direitos do IFMS devem ser utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e condições permitidos em lei.

Embora haja previsão legal Acerca da Política de Sustentabilidade ambiental, o *campus* Naviraí, assim como o IFMS, como um todo, não dispõe de diretrizes e política institucionalizada estabelecendo critérios de ambientalmente sustentáveis nas suas aquisições, tampouco nas suas rotinas administrativas.

15.1 COMPOSIÇÃO DA MATRIZ ORÇAMENTÁRIA

Os recursos que fazem parte do Orçamento do IFMS são provenientes das várias fontes, a seguir:

- a) Dotações que, a qualquer título, foram atribuídas nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios;



- b) Doações e contribuições, a título de subvenção, concedidas por autarquias ou por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas;
- c) Rendas de aplicação de bens e valores;
- d) Retribuição de atividades remuneradas;
- e) Taxas e emolumentos;
- f) Rendas eventuais;
- g) Outros recursos.

15.2 PREVISÃO DE ORÇAMENTO X PREVISÃO DE DESPESAS

A Administração Pública tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Apoiado nestes princípios, o IFMS implementa sua gestão administrativa a partir de uma estrutura organizacional que abraça o plano estratégico, as políticas, as diretrizes e o planejamento da instituição, definidos pela Reitoria, Pró-Reitorias e Direções dos *campi*, sempre com a anuência dos Conselhos especializados.

A implantação das decisões estabelecidas no nível estratégico, e que afetem diretamente os *campi*, está sob responsabilidade da Direção Geral do *campus* e das suas Diretorias, assim como ao que tange ao operacional, à execução e ao acompanhamento das diretrizes da Instituição, e seguirão a hierarquia de acordo com o organograma de cada *campus*.

A elaboração de uma política de descentralização de recursos, preservando inicialmente as despesas fixas, em que cada *campus* disponibilize seus recursos, seguindo critérios próprios e integrados às linhas de gestão administrativa determinadas, decididamente permitirá uma melhor aplicação dos recursos disponíveis.

Na descentralização orçamentária, as Diretorias de Administração dos *campi*, baseadas nos seus gastos e no seu orçamento anual, planejam-se preservando, em primeiro lugar, as despesas de funcionamento da Instituição.

Considerando a forma de distribuição dos recursos entre os institutos federais pelo Governo Federal, o IFMS não terá, em futuro próximo, acréscimos significativos no seu orçamento, exceto os recursos destinados a programas específicos, como expansão.



A principal fonte de recursos do IFMS origina-se do Tesouro Nacional. Neste contexto e, tomando por base os critérios adotados na projeção do Orçamento da União, estimamos as receitas em aproximadamente 5% a.a., como se pode observar nos quadros abaixo (valores em reais):

QUADRO 24: Projeção de receitas do IFMS no período de vigência do PDI

PROJEÇÃO DAS RECEITAS					
Tipo	2014	2015	2016	2017	2018
Tesouro	93.106.346	97.761.663	102.649.746	107.782.234	113.171.346
Própria	79.735	83.722	87.908	92.303	96.918
Total	93.186.081	97.845.385	102.737.654	107.874.537	113.268.264

QUADRO 25: Projeção de despesas do IFMS no período de vigência do PDI

PROJEÇÃO DAS RECEITAS					
Tipo	2014	2015	2016	2017	2018
Pessoal	33.617.580	35.298.459	37.063.382	38.916.551	40.862.379
Ativo	33.487.580	35.161.959	36.920.057	38.766.060	40.704.363
Inativo / Pensionista	130.000	136.500	143.325	150.491	158.016
Manutenção	59.568.501	62.546.926	65.674.272	68.957.986	72.405.885
Custeio	25.347.101	26.614.456	27.945.178	29.342.438	30.809.560



Capital	34.221.400	35.932.470	37.729.094	39.615.548	41.596.325
Livros (5%)	Livros (5%)	Livros (5%)	Livros (5%)	Livros (5%)	Livros (5%)
Obras (65%)	Obras (65%)	Obras (65%)	Obras (60%)	Obras (60%)	
Equipamentos e materiais Permanentes (15%)	Equipamentos e materiais Permanentes (30%)	Equipamentos e materiais Permanentes (30%)	Equipamentos e materiais Permanentes (35%)	Equipamentos e materiais Permanentes (35%)	
Compra imóvel (15%)	-	-	-	-	
Total	93.186.081	97.845.385	102.737.654	107.874.537	113.268.264

As necessidades, em reais, de investimento em equipamentos e obras nos *campi* do IFMS para o período de 2009 a 2013 dependeu, além de recursos oriundos do Programa de Expansão, de novos recursos, seja por meio de acréscimo no orçamento anual da Instituição ou de emendas parlamentares e convênios específicos.

A sustentabilidade financeira do *Campus* Naviraí dependerá da descentralização orçamentária a ser realizada pela unidade gestora da reitoria. A tabela abaixo apresenta o valor disponibilizado para o ano de 2015 com a projeção para os próximos anos, levando em conta o mesmo índice de correção utilizado no âmbito do IFMS, qual seja 5% a.a. Ressalta-se que os valores se referem às receitas que serão disponibilizadas para o custeio de funcionamento do *campus* e de investimento de máquinas, equipamentos e mobiliário para atender finalidades precípuas e específicas dessa unidade gestora, excluindo despesas com folha de pagamento, assistência estudantil, dentre outras que permanecerão com a execução centralizada no âmbito da reitoria do IFMS:



QUADRO 26: Projeção das Receitas

PROJEÇÃO DAS RECEITAS					
Tipo	2014	2015	2016	2017	2018
Custeio	-	259.540	820.845	400.000	430.000
Capital	-	369.930	-	490.370	531.600
Total	-	628.470	820.845	890.370	961.600

16. REFERÊNCIAS

APROSOJA Associação dos Produtores de Soja e Milho do MS. **Planejamento.**

Disponível em: <http://www2.espm.br/sites/default/files/aprosoja.pdf>. Acesso em 10/05/2015.

BRASIL. **Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909.** Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: . Acesso em: <www6.senado.gov.br> 10 jan. 2015.

BRASIL. **LEI Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em <www.planalto.gov.br> Acesso em janeiro de 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual 2012-2015.** Brasília, 2011c. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2015.



CAPITAL NEWS. **Setor terciário em MS.** Disponível em:

<http://www.capitalnews.com.br/cotidiano/nos-ultimos-sete-anos-setor-terciario-do-estdo-gerou-41-novos-empregos-por-dia/261604>. Acesso em 10/06/2015.

CNE/CES. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução de nº 1, de 11 de março de 2016.** Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na modalidade a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pos-graduacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/34891-resolucoes-cne-ces-2016>. Acesso em 23/06/2016.

DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Mapas multimodais.** Disponível em: <https://189.9.128.64/download/mapas-multimodais/mapas-multimodais/ms.pdf>. Acesso em 22 ago. 2015.

DRUCKER, P., F. **Administrando em tempos de grandes mudanças.** São Paulo: Pioneira, 1995.

FAMASUL. **Recorde da produção de soja.** Disponível em: http://famasul.com.br/assessoria_interna/mato-grosso-do-sul-encerra-safra-confirmando-recorde-de-producao-de-soja/33844. Acesso em 10/06/2015.

IBGE. Instituto Brasileiro Geografia Estatística Cidades: **Dourados-MS. 2013.** Disponível em: http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=_ES&codmun=500370&search=mato-grosso-do-sul|dourados|infograficos:-dados-gerais-do-municipio. Acesso em: 03/04/2014.

IBGE. **Instituto Brasileiro Geografia Estatística.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 10/06/2015.

IFMS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. **Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades**



Educacionais Específicas-NAPNE. Disponível em:

<http://www.ifms.edu.br/cosup/wp-content/uploads/2016/01/Anexo_Resolu%C3%A7%C3%A3o-026_16_Aprovar-Regulamento-Napne.pdf>. Acesso em : 23/06/2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica DAES/INEP nº 008/2015.** Disponível em: http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino-legislacao_normas/notas-tecnicas-inep . Acesso em 24/06/2016.

MATO GROSSO DO SUL. SEC; SGF; CDP-MS. **ICMS Ecológico.** 2013b.

Disponível em:

http://www.icmsecologico.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=71
Acesso em: 12/05/2014.

MATO GROSSO DO SUL. **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e desenvolvimento Econômico.** Disponível em:<http://www.semade.ms.gov.br/indice-de-responsabilidade-social-de-ms> Acesso em: 10/06/2015

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. – SEMAC. **Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul.** 2011a. Disponível em:

<http://www.semac.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=149083>. Acesso em: 22/04/2014.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. – SEMAC. **Caderno Geoambiental das Regiões de Planejamento de MS.** 2011b. Disponível em:

<http://www.semac.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=133962>. Acesso em: 22/04/2014.



MATO GROSSO DO SUL. SEMAC. **PIB municipal**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. 2013a. Disponível em: <http://www.semec.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=149889>. Acesso em: 14/04/2014.

MIDIAMAX. **Crescimento da economia estadual**. Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/economia/255480-microempresas-sao-responsaveis-451-crescimento-economia-estado.html>. Acesso em 10/06/2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema e-MEC**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> Acessado em: 19/07/2015.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Admitidos, desligados e saldo de julho 2015**. Sem ajuste por unidade de federação. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4F4D22E3014F502A7F2E5F36/BR.pdf>. Acesso em 22 ago. 2015.

NAVIRAÍ. **Plano Diretor Participativo- Etapa I – Diagnóstico**. Naviraí, 2015

OLIVEIRA, Ben. **Cone Sul - Conheça Região Turística de MS**. Disponível em: <http://www.ilovemosoficial.com/2012/09/cone-sul-conheca-regiao-turistica-de-ms.html> Acessado em 17/08/2015.

OLIVEIRA, Djalma de Rebouças. **“Planejamento Estratégico – Conceitos Metodologia e Práticas”**, 22 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/leftsidebar/ifms/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/> Acesso em: 29/06/2015

PORTER, M., E. **Vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: *Campus*, 1995.

SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA – SNA. **PIB e agronegócio**. Disponível em: <http://sna.agr.br/pib-agronegocio-mostra-pujanca-e-resiliencia-as-cries-afirma-diretor-da-sna-fernando-pimentel>. Acesso em 10/06/2015.



UNIDERP - Unifolha. **Setor terciário em MS.** Disponível em:
http://ww2.uniderp.br/unifolha/lernoticia.aspx?id_noticia=6196. Acesso em 10/06/2015.

VEIGA, I. P.^a (org). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.**
Campinas: Papirus, 1995